

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

ROSEANE CAITANO DA SILVA

**POUCA FARINHA, MEU PIRÃO PRIMEIRO: ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO
NOS LIVROS DIDÁTICOS**

**SÃO MATEUS
2018**

ROSEANE CAITANO DA SILVA

POUCA FARINHA, MEU PIRÃO PRIMEIRO: ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO
NOS LIVROS DIDÁTICOS

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do
Cricaré, como requisito para obtenção de título de
Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Orientador: Dr. Sebastião Pimentel Franco

SÃO MATEUS
2018

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

S586p

Silva, Roseane Caitano da.

Pouca farinha, meu pirão primeiro: economia do Espírito Santo nos livros didáticos / Roseane Caitano da Silva – São Mateus - ES, 2018.

84 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2018.

Orientação: prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

1. Livro didático. 2. Farinha de mandioca. 3. Atividades econômicas do Espírito Santo (Estado). 4. Currículo – Ensino fundamental. I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Título.

CDD: 371.32

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

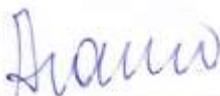
ROSEANE CAITANO DA SILVA

**POUCA FARINHA, MEU PIRÃO PRIMEIRO: ECONOMIA DO
ESPÍRITO SANTO NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 14 de novembro de 2018.

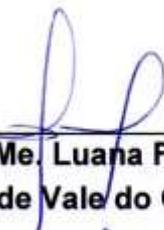
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Me. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Gilton Luis Ferreira
Faculdades Integradas Aracruz (FAACZ)

*“Plante seu jardim e decore sua alma,
Ao invés de esperar que alguém lhe traga flores.
E você aprende que realmente pode suportar, que realmente é forte,
E que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode mais.
Que realmente a vida tem valor e que você tem valor diante da vida!”
(William Shakespeare)*

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus, a quem devo minha vida e existência.

À minha mãe, pelas infinitas e constantes orações.

À irmã Evanda, pela parceria, paciência, conversas e por acreditar na minha capacidade sempre, sem hesitar.

Ao Leonardo, pelo apoio tecnológico e incentivo.

Ao orientador Sebastião Pimentel Franco, pela disponibilidade, discussões e provocações que contribuíram para a concretização deste trabalho.

De forma coletiva, agradeço a todos os Docentes do Programa de Mestrado.

Em especial, deixo minha gratidão à Banca Examinadora, pelo tempo despendido na leitura e na avaliação de minha Dissertação.

A todos vocês, meu carinho especial e gratidão.

RESUMO

O presente estudo objetivou apresentar uma análise dos Livros Didáticos de História e Geografia para os 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, referente aos conteúdos relacionados à economia do Espírito Santo. A cidade de São Mateus, norte capixaba, foi propulsora do desenvolvimento da produção da mandioca, atividade de grande relevância no período colonial, pois era a base alimentar tanto da Província do Espírito Santo como também das províncias vizinhas: Sergipe, Rio de Janeiro e Bahia. Além disso, o porto de São Mateus possuía intenso mercado de escravos. Para tanto, foi feito uma abordagem inicial do papel do livro didático no processo de ensino-aprendizagem, descrevendo como esse recurso é carregado de ideologia por essência, devido a todo processo de escolha realizado pelo Programa Nacional de Livro Didático e a legislação que o regulamenta. Nesse contexto, por meio de uma metodologia documental, procurou-se analisar as atividades econômicas dispostas nos manuais didáticos. Dessa forma, foi realizada uma pré-análise dos livros-textos e de documentos que regulamentam e norteiam o currículo capixaba. A pesquisa permitiu identificar que os saberes histórico-geográficos propagados pelo Livro Didático são aqueles descritos na visão do colonizador europeu. Assim, priorizam as atividades agrícolas, como o café e cana-açúcar – em que o europeu era o sujeito principal em todo o processo, em detrimento das outras atividades desenvolvidas, principalmente, pelo índio e escravo, como o cultivo da mandioca. Ao final, aponta-se a necessidade de repensar o currículo de Geografia e História para os anos iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que se encontra cerceado o direito do estudante de aprender a real história de seus ancestrais.

Palavras-chave: Livro Didático. Farinha de Mandioca. Atividades Econômicas do Espírito Santo. Currículo.

ABSTRACT

The present study aims to show an analysis of the History and Geography textbooks for the 4th and 5th years of Elementary School, about the contents related to the economy of Espírito Santo State. The city of São Mateus, north of Espírito Santo, was a propeller of the development of cassava production, an activity of great relevance in the colonial period, since it was the base food of both Espírito Santo Province and neighboring provinces: Sergipe, Rio de Janeiro and Bahia. Besides, the port of São Mateus had an intense slave market. For that, an initial approach was made to the role of the textbook in the teaching-learning process, describing how this resource is loaded with ideology by essence, due to the entire process of choice made by the National Textbook Program and the legislation that regulates it. In this context, through a documentary methodology, we tried to analyze the economic activities arranged in the textbooks. Thus, a pre-analysis of the textbooks as well as documents that regulate and guide the Capixaba curriculum were carried out. The research allowed to identify that the historical-geographical knowledge propagated by the textbook are those described in the vision of the European colonizer - prioritizing agricultural activities, such as coffee and sugarcane - in which the European was the main subject throughout the process, to the detriment the other activities developed mainly by the Indian and slave as the cultivation of cassava. At the end, it is necessary to rethink the Curriculum of Geography and History for the initial years of Elementary School, since it is being curtailed the right of the student to learn the real history of their ancestors.

Keywords: Textbooks. Cassava Flour. Economic Activities of Espírito Santo. Curriculum.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO: DIFERENTES OLHARES SOBRE O LIVRO DIDÁTICO E A ECONOMIA CAPIXABA	19
2.1 DA COLONIZAÇÃO À CONSTRUÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO	26
3 PERCURSO METODOLÓGICO	35
3.1 MATERIAIS E MÉTODOS	36
4 ANÁLISE DOS DADOS	39
4.1 PROPOSTA DE CONTEÚDO COMPLEMENTAR	57
4.1.1 Mandioca: o pão nosso de cada dia	58
4.1.2 Receitas	63
4.1.2.1 Bolo de mandioca	64
4.1.2.2 Biscoito de polvilho frito	64
4.1.2.3 Caldo de pinto	65
4.1.3 Textos complementares	66
4.1.3.1 Texto 1: Economia Criativa: Comunidades quilombolas mantêm a tradição e garantem renda extra com a produção de beiju	66
4.1.3.2 Texto 2: Santa Leopoldina é destaque na comercialização de mandioca.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
6 REFERÊNCIAS	76
7 REFERÊNCIAS DA PROPOSTA DE CONTEÚDO COMPLEMENTAR	79
ANEXOS	80
ANEXO I – PESOS E MEDIDAS (SÉCULOS XVIII e início do XIX)	81
ANEXO II – PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM 1996	84

1 INTRODUÇÃO

A Geografia e a História são disciplinas que compõem o Currículo da Educação Básica no Brasil e, por consequência, o currículo do Espírito Santo. A Geografia trata da descrição da superfície terrestre, relação entre homem e meio ambiente, concatenada com uma cosmovisão política, socioeconômica e cultural de determinado espaço. Assim sendo, para Milton Santos

(...) O espaço constitui-se por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de umas práxis coletivas que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Marcos Aurelio Saquet e Sueli Santos da Silva (2008, p.8) corroboram com o conceito de Santos (1978) ao descrever a concepção de espaço social e espaço geográfico. O primeiro conceito corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas, enquanto o espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade, e cada sociedade, historicamente, cria seu espaço como lugar de sua própria reprodução.

A História, por sua vez, visa compreender a transformação humana, com análise crítica de causas e consequências. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) estabelecem que:

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais. (Brasil, 1997, p, 26).

Portanto, a Geografia e a História estão intrinsecamente conectadas desde a definição conceitual até a construção da identidade de um povo inserido em determinado espaço geográfico, isto é, para compreender na totalidade a história de vida de uma comunidade, é preciso também conhecer o espaço social.

Assim sendo, diversas formas de expor o conhecimento dessas disciplinas foram encontradas ao longo dos séculos, materializadas por meio de hieróglifos, papiros, cerâmicas, moedas, diários, construções, livros, entre outros instrumentos ao redor

do mundo. No que diz respeito aos livros didáticos¹, objeto de estudo desta pesquisa, trata-se de oitenta anos de legislação empenhados pelo Brasil em prol desses materiais. Todavia, vale ressaltar que no século XIX já havia indício da existência de livro-texto no território brasileiro.

Entretanto, foi com a criação do Conselho Nacional do Livro Didático (CNLD), em 1938, que as normas e diretrizes que regulamentam os conteúdos contidos nos livros escolares ficaram conhecidas, especificamente, nos livros de História e Geografia. Desde a criação desse instrumento pedagógico observa-se que os conteúdos por ele apresentados encontram-se carregados de interesses ideológicos, evidenciando realidades que, muitas vezes, diferem do que acontece no cotidiano dos grupos sociais que deles se utilizam. Tal prática ocorre com o evidente propósito de transmitir a ideologia desejada pelos grupos detentores do controle para produzi-los.

O material didático apresenta conteúdos com particularidades ligadas às tradições, à política, à sociedade, à cultura de determinados grupos sociais. No caso do Brasil, de forma geral, ao longo de nossa história, pretendeu apresentar reiteradamente os conteúdos histórico-geográficos de forma a privilegiar o processo de colonização a que foi submetido o Brasil desde os anos 1500. Portanto, os conteúdos de Geografia e História privilegiam uma visão europeizante. Entretanto, Jonatas Roque Ribeiro (2013) ao citar Donaldo Schüller (2000), afirma que "não apagamos as marcas do lugar em que estamos, nossa situação no tempo e no espaço faz a diferença".

Assim, existe uma história contada sob a perspectiva europeizante, reflexo latente do processo de colonização a que o Brasil foi submetido. Essa maneira característica de contar a história, estabelecida pela CNLD influenciou a dialética contida nos materiais didáticos, bem como no próprio modo de ensinar e apreender a historiografia brasileira, tornando-se um padrão na seleção desses recursos pedagógicos.

Ainda acerca da análise da europeização dos conteúdos históricos, ou seja, a História centrada na ideologia civilizatória, Júlia Silveira Matos (2012) descreve que o ensino

¹ Nesta pesquisa, Livros, Compêndios, Material Didático, Recursos Pedagógicos, Livros Escolares, Livro-Texto serão sinônimos de Livros Didáticos.

de História colocava os colonizadores europeus em um papel de destaque no processo de desenvolvimento do Brasil. A autora destaca que, esse tipo de ensino justificava e legitimava o papel dos países vencedores como civilizadores. Esse modelo de ensino da História influenciou a produção e/ou desenvolvimento do saber não apenas em salas de aula, mas também em pesquisas científicas sobre os negros e os indígenas no Brasil (MATOS, 2012).

Os livros-textos de História e Geografia do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental – objeto de estudo desta pesquisa – apresentam um contexto histórico-geográfico das atividades econômicas divergente da história real, vivida. As obras salientam a valorização da produção da cana-de-açúcar e do café, atividades realizadas para atender o mercado de Portugal, em detrimento ao cultivo da mandioca, cuja atividade realizada tanto pelos indígenas como pelos escravos foi essencial para a sustentabilidade da população capixaba no período colonial.

Nessa perspectiva, nos Livros Didáticos há somente sucintos recortes da história capixaba, contada na visão do colonizador, ou seja, a europeização dos relatos, subtraindo e/ou minimizando a biografia dos nativos, bem como da população negra com suas respectivas contribuições culturais e econômicas na formação do Estado do Espírito Santo. Isso dificulta até mesmo avançar nessa reflexão, uma vez que não existe fartura de obras sobre o assunto.

O padrão de triagem constituído dentro do processo de seleção de livros didáticos se materializou na própria divisão dos conteúdos de História e Geografia. Tal divisão não tem sido discutida de forma problematizadora no que tange à subtração e/ou adição de conteúdos nos compêndios para o ensino desses componentes curriculares.

No que se refere à escolha do livro didático, ela ocorre por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela execução de Políticas Educacionais do Ministério da Educação (MEC). As escolas da rede pública municipal, estadual e federal da educação básica são, então, providas com obras didáticas de maneira sistemática, regular e gratuita.

Todas as ações do PNLD, como avaliação, escolha e distribuição dos livros para as escolas são estabelecidas pelo FNDE por meio de edital. Várias etapas compõem o processo de escolha. O primeiro passo consiste na manifestação da escola em participar dos Programas de Materiais Didáticos por meio de termo de adesão, seguindo prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo MEC. O termo deve ser encaminhado uma única vez, até o final do mês de maio do ano anterior ao início do triênio de utilização do exemplar didático (BRASIL, 2013).

Também são publicados editais visando à regulamentação do processo seletivo das editoras com seu respectivo cadastramento dos titulares de direito autoral ou de edição, pré-inscrição das obras e entrega dos exemplares (BRASIL, 2013).

Após a inscrição, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) faz uma avaliação dos aspectos físicos e atributos editoriais das obras inscritas. Nessa etapa eliminam-se as obras que apresentam desconformidades em relação aos requisitos definidos no edital.

Posteriormente a seleção pelo IPT, os livros são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB) para avaliação pedagógica. Os exemplares aprovados nas duas fases compõem o Guia de Livros Didáticos, sendo, assim, enviados às escolas, com suas respectivas resenhas, a fim de auxiliar os professores no processo de escolha dos livros a serem adotados. Os títulos escolhidos pelos professores serão utilizados durante três anos pelos alunos (BRASIL, 2013).

Utiliza-se a página do FNDE na internet para fazer o pedido da obra selecionada e, depois do pedido, inicia-se o processo de negociação com as editoras. Toda a produção das obras fica sob a supervisão dos técnicos do FNDE, que aplicam o controle de qualidade por meio da coleta de amostras e análise de características físicas dos livros, com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados (BRASIL, 2013).

A distribuição das obras às escolas ocorre no ano anterior ao atendimento e por meio de um contrato entre FNDE e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com acompanhamento de técnicos do FNDE e das Secretarias Estaduais de Educação.

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para os Livros Didáticos e a dialética dos conteúdos histórico-geográficos estão intrinsicamente relacionadas. E, para melhor compreender a estrutura conteudista dos manuais de classe utilizados hoje, é preciso fazer uma análise minuciosa das diretrizes regulamentadoras do processo de produção e distribuição desses materiais pedagógicos.

A atuação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), subordinada ao governo, interferiu diretamente na educação brasileira, assim como nas formas de ensino, principalmente no ensino de História. Essa interferência ocorreu não só na delimitação das obras a serem produzidas, mas também na forma de censura aos conteúdos e, ainda mais, por meio dos apontamentos para reformulação dos manuais avaliados. Por isso, as editoras elaboram produtos obedecendo aos critérios definidos para atender à demanda do governo, uma vez que a principal fonte de recurso das empresas editoriais consiste na compra e venda de material didático. Perante tal fato, reforça-se o pressuposto da inexistência da neutralidade dos Livros Didáticos, questionando-se também a causalidade da existência e ausência de alguns conteúdos nesses materiais.

Assim sendo, a história escrita e/ou ilustrada pelo autor do livro didático pode ter um enredo diferente da história vivida a fim de conseguir ingressar no mercado editorial. Seguindo essas conjecturas, neste estudo será apresentada a análise dos livros didáticos de História e Geografia utilizados na rede pública estadual do Espírito Santo nos 4º e 5º anos. Porque, de acordo com o currículo básico, as temáticas estudadas nesse ciclo permeiam o ensino dos conteúdos histórico-geográficos pertencentes à cidade como também o Estado do estudante.

Apesar das especificidades, três motivos foram determinantes para escolher essas duas disciplinas:

- História e Geografia estão diretamente relacionadas, sendo uma área dependente da outra, não por acaso, uma é considerada ciência auxiliar da outra.
- Por este estudo ter o público-alvo o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental das Séries Iniciais. Nessa fase de ensino, há um professor regente de turma que

trabalha as disciplinas de forma integradora, princípio básico na busca da educação de qualidade e significativa.

- Em algumas obras, as disciplinas estão concatenadas em um mesmo volume destinados ao 4º e/ou 5º ano.

Ao analisar esses livros, o enredo se coloca em volta de três atividades econômicas: a cana-de-açúcar, o café e o desenvolvimento industrial, sendo que tanto a atividade canavieira quanto a cafeicultura foram desenvolvidas pelo colonizador utilizando mão de obra escrava indígena e, principalmente, africana. Todavia, pode-se notar que existe uma precariedade de registros históricos das atividades econômicas na maioria das vezes em que o colonizador europeu não era o principal agente.

Nessa perspectiva, a pesquisa pretende obter respostas para os seguintes questionamentos: Por que a produção de mandioca, importante atividade econômica de subsistência e de exportação na vida cotidiana da população capixaba no período colonial e imperial encontra-se subtraída nos livros didáticos dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental das disciplinas de História e Geografia?

O objetivo geral desta pesquisa consiste em entender porque existe a supressão da atividade econômica da mandioca dos componentes didáticos de História e Geografia do Espírito Santo, mesmo mediante a proposta norteadora dos Parâmetros Curriculares Nacionais e do Currículo Básico da Rede Estadual.

A proposta desta dissertação é, ao estudar o Currículo dos 4º e 5º anos, analisar obras didáticas de História e Geografia do Espírito Santo, com olhar atento às atividades econômicas realizadas concretamente, comparando-as com as atividades contempladas nos livros didáticos. Para tanto, serão analisados se os temas desses componentes curriculares correspondem à realidade de cada época ou denotam ideologias que contribuem para o racismo, o preconceito, a discriminação e/ou a desvalorização dos sujeitos indígena e negro.

Dessa forma, pretende-se investigar se as temáticas sobre a economia do Espírito Santo abordadas nesses manuais didáticos estão de acordo com a realidade do

acontecimento histórico e também se foi tratado com imparcialidade pelo autor, sem privilégios do ponto de vista do colonizador.

Convém ressaltar que a região norte capixaba, em especial o município de São Mateus, foi palco de uma atividade econômica de considerável expressividade nos séculos XVI ao XIX: a produção da farinha de mandioca. Tanto o cultivo da mandioca quanto a fabricação da farinha foram desenvolvidos por mão de obra escrava, como relata José Pontes Schayder (2002, p. 59).

[...] Constatamos claramente que o norte da província continuou sendo um grande exportador de farinha de mandioca. Praticamente 100% da produção capixaba dessa mercadoria estava concentrada nas grandes fazendas escravocratas da região. Destaca-se, como centro comercial, o porto de São Mateus.

Outros pesquisadores também descreveram em seus estudos a importância dessa atividade para o crescimento econômico da Província do Espírito Santo no século XIX, entre eles: Ana Lúcia Côgo (USP, 2007), Simone Raquel Batista Ferreira (UFF, 2009), Maria do Carmo de Oliveira Russo (USP, 2011), Enaile Flauzina Carvalho (UFES, 2010).

Para Ana Lúcia Côgo (2007), a região norte espírito-santense teve papel fundamental na conformação das estruturas agrárias do Espírito Santo no século XIX ao apresentar especificidades importantes no conjunto das atividades agrícolas regionais, especializando-se na produção da farinha de mandioca para exportação. Desse modo, essa atividade proporcionou um expressivo movimento comercial no porto fluvial dessa cidade.

Nesse sentido, além do objetivo geral, como objetivos específicos, este estudo pretende:

- Evidenciar a importância da atividade da produção farinheira no Espírito Santo ao longo de sua história.
- Identificar como os livros de História e Geografia abordam a economia capixaba na época de sua colonização e no período imperial.
- Propor uma sequência didática que contemple a importância da produção de mandioca como atividade de subsistência no Espírito Santo no período colonial.

Segundo Nicholas Davies (2005, p. 1)

“O Livro Didático de História tem cumprido a função de veicular a ideologia das classes dominantes e possibilitar a reprodução da ordem burguesa”. Muitos manuais apresentam um conteúdo “factual”, fragmentado, sem considerar a ideia de processo, estrutura e temporalidades. Dessa forma, os Livros Textos de História “[...] podem ser vistos como um instrumento de degradação do ensino de História” (DAVIES, 2005, p. 1).

É também relevante assinalar que o Livro Didático não deve ser tratado como um manual do professor, ou seja, um plano de aula pronto e acabado. Esse instrumento pedagógico não é uma receita de bolo que necessita ser rigorosamente seguida. Pelo contrário, deve ser visto como um ponto de partida para muitos debates acerca das problemáticas e diversidades da sociedade na qual estamos inseridos, inclusive, nossa própria história, nossa identidade, cultura, formação étnica, base econômica e que caminhos podem ser traçados com o que já existe e já foi vivenciado.

As recentes pesquisas sobre a economia capixaba, assuntos também presentes em obras de Geografia e História, pressupõem que essas temáticas podem e devem ser melhores pesquisadas, visto que as publicações já existentes contêm uma rica fonte de conhecimento histórico. Além disso, quanto mais se compreende as suas particularidades, mais surgem objetos para serem estudados e analisados com mais profundidade científica.

Assim, justifica-se a presente pesquisa pela colaboração que pode proporcionar no campo histórico-geográfico. Nesse sentido, pretende-se promover discussões sobre Livro Didático, em especial os de Geografia e História, que abordam conteúdos da colonização e economia capixaba no decorrer dos séculos.

Outro vetor impulsionador para este trabalho consiste na própria vivência como professora de Geografia da rede pública do Espírito Santo, ao observar que os alunos tanto dos anos finais do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio pouco conheciam a História e Geografia do Estado no qual vivem. E, ao analisar as matrizes curriculares, percebeu-se que esses documentos norteadores não conversavam com o Material Didático destinado à série. A problemática nesse caso se intensifica pelo fato de os professores das séries iniciais não possuírem formação na área específica

ao campo de atuação. Como descreve a seguir o art. 56 da Resolução 3.777 do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo de 2014:

Consideram-se profissionais da educação quem está no efetivo exercício nas instituições de ensino e possui as seguintes habilitações:

I – Excepcionalmente, professores em nível médio para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - Professores habilitados em pedagogia para a docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

III – professores habilitados nas áreas específicas para a docência nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e nas modalidades de ensino.

(CEE/ES, 2014)

Tal fato evidencia a necessidade de elaborar um material pedagógico norteador com qualidade para dar suporte ao planejamento docente, uma vez que, como já mencionado, devido à ausência de infraestrutura tecnológica e/ou biblioteca na escola, o livro didático configura-se como a única fonte de pesquisa do professor.

Somado a isso, as reflexões aqui propostas podem estimular os docentes, em sala de aula, a discutir a temática da farinha de mandioca como um dos principais meios econômicos no período colonial, para que os alunos possam desenvolver a criticidade a respeito da colonização e da economia do Espírito Santo. Direciona-se também às editoras, pois as observações feitas neste trabalho podem ser inseridas nos novos livros didáticos, visando auxiliar professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: DIFERENTES OLHARES SOBRE LIVRO DIDÁTICO E ECONOMIA CAPIXABA

A presente pesquisa originou-se de um recorte do currículo estadual capixaba da área de humanas, cujo objetivo consiste em analisar livros de História e Geografia utilizados nos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Essas séries, de acordo com a organização curricular estadual, devem dedicar-se ao conhecimento da história e da geografia regional. Por isso, em algumas obras, as duas disciplinas estão concatenadas em um mesmo volume, objetivando reforçar a interdependências das mesmas, como também a relevância desses saberes, de forma simultânea, na formação do indivíduo.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), espera-se que, ao longo do ensino fundamental, os alunos construam um conjunto de conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes relacionados à Geografia e à História que lhes permitam ser capazes de valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia (PCN, p. 81).

Além disso, os PCN ressaltam que os estudos da história local devem conduzir os alunos a ampliar a capacidade de observar seu entorno para compreender as relações sociais e econômicas existentes em seu próprio tempo, bem com reconhecer a presença de outros tempos no seu dia a dia (PCN, p. 40). Esse processo de aprendizagem deve contribuir para a construção da história local, regional e nacional.

A Resolução CEE/ES nº 3777/2014, que fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, no art. 190, estabelece que:

O Currículo do Ensino Fundamental é constituído por uma base Nacional Comum e por uma parte diversificada que, em conjunto, expressam os conhecimentos, os valores e as práticas necessárias ao processo formativo do educando nessa etapa da Educação Básica.

III – o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Espírito Santo e do Brasil – a História, incluindo a cultura afro-brasileira e indígena, a geografia e as ciências naturais.

Ainda de acordo com essa resolução estadual, o art. 340, § 1.º orienta que compete à Secretaria Estadual de Educação - Sedu, em articulação com a União e os Municípios, adquirir e distribuir livros, obras de referência, literatura infantil e juvenil, materiais didático-pedagógicos e de apoio pedagógico que valorizem e respeitem a história e a cultura local das comunidades quilombolas. Entretanto, obras com esses conteúdos são escassos nas bibliotecas escolares.

De acordo com André Luiz Bis Pirola (2008, p. 23), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) contém o maior número de trabalhos envolvendo a temática do Livro Didático, sobretudo, escritos por pesquisadores ligados ao Ensino de História. Pirola ainda afirma que pesquisas de Leite (2004, 2007), Simões, Ribeiro (1996), Franco e Salim (2006) têm contribuído para a socialização do conhecimento a respeito da temática. Entretanto, apesar dos avanços nos estudos, ainda há poucos exemplares de livros de História e Geografia abordando o Estado do Espírito Santo participantes do PNL. Com isso, as obras das grandes editoras que participam do processo de escolha contêm apenas Geografia e História Geral, não contemplam o conteúdo previsto no currículo para o ano adequado, acarretando, desse modo, desconhecimento da construção da própria história pelos estudantes.

Além disso, no que se refere à indisponibilidade de acervo sobre o tema, Pirola (2008, p. 37), promove a seguinte reflexão:

Naturalmente, qualquer trabalho que se interessasse por uma História do Livro Didático no Espírito Santo teria um caminho mais tranquilo a ser percorrido caso suas bases já estivessem pré-estabelecidas, mas a realidade é outra. As abordagens históricas sobre o Livro Didático no Espírito Santo, em sua quase totalidade, subsidiam pesquisas cujos interesses não o apontavam como objeto, mas, sobretudo, como fonte. Mesmo neste sentido, ainda dispomos de exíguas pesquisas, o que, por conseguinte, dificulta qualquer estudo que se desenvolva sobre o tema (PIROLA, 2008 apud LEITE; PIROLA, 2007).

Em relação a economia do Espírito Santo, as principais contribuições são provenientes de estudos acadêmicos. Entre elas, Côgo (2007) que por meio de sua pesquisa concluiu que a região do Vale do Cricaré tornou-se o núcleo produtivo mais importante do norte da província capixaba da época, quando a atividade agrícola constituía-se, predominantemente, do plantio e da fabricação da farinha de mandioca em grande escala para exportação. Essa atividade era a base da sua economia e a

principal fonte geradora das riquezas dessa província. Convém ressaltar, inclusive, que essa temática ainda é pouco explorada pelos pesquisadores.

Outra pesquisadora, Simone Raquel Batista Ferreira (2009), traz uma abordagem relacionada às formas de territorialidade construídas pelas comunidades afrodescendentes da região do Sapê do Norte, que compreende os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no norte do Estado do Espírito Santo. Para ela, essas comunidades originaram-se durante o escravismo colonial, que trouxe milhares de negros da África para trabalhar nas fazendas escravistas produtoras de farinha de mandioca, comercializada com outras províncias durante o século XIX.

Também ao se dedicar ao estudo dessa temática, Maria do Carmo de Oliveira Russo (2008, p. 327) destaca que:

[...] São Mateus tornou-se então o centro das atenções da província. Embora considerada parte de seu território pelos capixabas, a administração da Bahia, desde há muito, conseguira incluir a vila e respectivo distrito na sua jurisdição. Foi por intermédio da Junta baiana que S. Mateus encaminhou, em agosto de 1822, às Cortes de Lisboa, sua opinião sobre as delegações do Poder Executivo. Constituiu, portanto, uma agradável surpresa para a pequena força enviada de Vitória a recepção entusiástica que teve ali. A quase totalidade das embarcações mandadas da Bahia a S. Mateus em busca de mantimentos – principalmente farinha de mandioca – ia sendo aprisionada, e as informações obtidas dos seus tripulantes encaminhadas ao Rio de Janeiro, por intermédio da Junta do Espírito Santo, conforme os diversos documentos existentes no Arquivo Nacional.

Nesse mesmo contexto, Russo (2008, p. 312) também salienta que a exportação era composta principalmente pela farinha de mandioca, na época, quase toda produzida em São Mateus.

Entende-se com base nesses estudos que, assim como a população nativa, os povos escravizados da África foram classificados pela colonização como inferiores frente ao colonizador branco, europeu e cristão, considerados o vetor do desenvolvimento. Nessa perspectiva, essa classificação se tornou uma justificativa para o estabelecimento da dominação colonial e se perpetuou como classificação racial, marcada nos estereótipos do corpo.

Todavia, as pesquisas em análise reforçam a ideia de que, ainda no século XXI, em um país considerado republicano, independente e democrático, mesmo assim, a

história das etnias que compõem a população brasileira permanece sendo contada e escrita considerando-se apenas a cosmovisão do europeu colonizador.

Isso porque, mesmo perante essas evidências, com suporte teórico-científico já publicado e descrito neste estudo acerca da produção da farinha de mandioca, a economia do Espírito Santo abordada nos livros didáticos continua restrita a três fases: a primeira fase, conhecida como agricultura baseada na produção açucareira e cafeeira; a segunda fase, compreendida pela industrialização, e a terceira, baseada na exploração do petróleo e expansão do setor de prestação de serviços.

Além disso, muitos estudos têm sido realizados referentes ao cultivo da mandioca com descobertas relevantes sobre a economia espírito-santense nas últimas décadas. Vale destacar que muitos desses pesquisadores também são os autores de livros didáticos. Entretanto, o resultado de suas pesquisas não tem sido utilizado nas atualizações dos livros didáticos, reforçando, então, que as editoras priorizam determinados conteúdos em detrimento a outros, de acordo com a regulamentação imposta pela CNLD, conforme relata Matos (2012). Nesse caso, privilegiam o olhar histórico do colonizador sobre o colonizado.

Com base nesse pressuposto, é preciso refletir e praticar uma educação direcionada à construção de conhecimentos, valores e princípios de todos e para todos. E os livros didáticos são fundamentais nesse processo. Para tanto, é preciso conhecer e se reconhecer na história. Na história contada, na história vivida, na história escrita nos livros. Assim sendo, será possível planejar um futuro melhor, independente da etnia.

Por isso, buscam-se respostas acerca dos motivos da subtração dos conteúdos que descrevem os feitos dos povos indígenas e, principalmente, dos africanos que contribuíram para o desenvolvimento econômico capixaba. Também intenta-se identificar como a segregação conteudista pode ter função ideológica, além de contribuir com concepções consideradas justificadoras da subordinação, das desigualdades, bem como para o desconhecimento da nossa história.

O Livro didático é carregado de valor pedagógico, econômico e social. Nessa perspectiva, Circe Maria Fernandes Bittencourt (2004) descreve esses manuais

pedagógicos como produto cultural; mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais.

Nos últimos anos, contudo, o Livro Didático tem despertado o interesse dos pesquisadores da área educacional devido ao aumento do uso desse objeto pedagógico e o papel que lhe é conferido durante o processo de ensino-aprendizagem. Bittencourt (2004) afirma que houve uma tendência, iniciada na década de 1960, de analisar os conteúdos desses manuais escolares privilegiando a denúncia do caráter ideológico dos textos, reiterando o discurso de Matos (2012). E, além disso, Bittencourt (2004, p. 472) destaca que

[...] a partir dos anos 1980, muitos dos problemas relacionados ao conteúdo ou ao processo de produção e uso do livro didático por professores e alunos passaram a ser analisados em uma perspectiva histórica, constituindo-se tais análises em uma das vertentes mais importantes desse campo de investigação.

Apesar dessa tendência nas últimas décadas do séc. XX, a história do livro no Brasil iniciou-se com a chegada de Dom João VI e a corte portuguesa, em 1808. Além de trazerem livros, trouxeram também a primeira máquina de impressão tipográfica, favorecendo a instalação da editora denominada Imprensa Régia.

Naquela época, o domínio político era exercido pelo Estado e pela Igreja. Assim, a censura sofrida pela imprensa permitia que fossem publicados apenas os artigos que não ofendessem essas instituições e os costumes. O único jornal de oposição à política de Dom João VI era o Correio Braziliense, impresso em Londres. Em 1821, com a revogação da proibição de imprimir, surgiram outros jornais, folhetos e revistas (BORATTO et al., 2004).

Ainda de acordo com Bittencourt (2004), a partir de 1827 despontaram no Brasil “[...] autores preocupados com a organização dos cursos secundários e superiores, apenas esboçando algumas contribuições para o ensino de ‘primeiras letras’” (BITTENCOURT, 2004a, p. 480).

Mesmo com o interesse dos autores em publicar livros e com as mudanças provocadas pela inserção da imprensa no campo educacional, as regras já estabelecidas continuaram sendo uma prática comum ao longo de muitos anos. Martins (2018) destaca que, até o final do século de 1920, os livros no Brasil eram, em sua maioria, importados de Portugal e da França, e o acesso a eles era das classes dominantes da época.

Em 1929, os autores começaram a idealizar os conteúdos em compêndios das disciplinas que lecionavam. O marco histórico foi a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, o qual estabelecia as condições de produção, importação e utilização do livro didático Brasil (1938), destacando-se:

Art. 1º É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos.

Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Art. 3º A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República.

Apesar de esta legislação utilizar no art. 1º o conceito de “livre”, a produção dos Manuais Pedagógicos era executada sob forte vigilância e/ou controle do governo. E o art. 2º do CNLD contém tanto a definição do que a comissão classifica como Livro Didático como também sua finalidade. O art. 3º, por sua vez, traz que, desde 1940, cabe ao Ministério da Educação (MEC) avaliar e autorizar os livros didáticos a serem utilizados nas escolas brasileiras.

Janaína de Moraes Boton (2014) ressalta que o livro está nas primeiras colocações no *ranking* de instrumentos utilizados pelo professor, ele é utilizado como fonte de pesquisa, estudo pessoal e planejamento, daí a importância dada ao seu conteúdo. A autora salienta também que o livro não deve ser utilizado como única fonte para o professor e sim como um subsídio a mais para ministrar e preparar suas aulas. Contudo, devido à precariedade das bibliotecas das escolas e a falta de acesso a recursos tecnológicos, principalmente em regiões do país com dificuldades de acesso,

esses manuais didáticos acabam sendo o único recurso disponível tanto para o professor quanto para o aluno, como explicita a autora abaixo:

Na maioria das escolas de Educação Básica das redes públicas de ensino do país, o Livro Didático é o principal instrumento de apoio do professor, sendo, muitas vezes, a sua única referência, assumindo o papel de currículo, definindo estratégias de ensino, interferindo diretamente nos processos de seleção, planejamento e desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula (BOTON, 2014, apud FRISON et al, 2009, p. 07).

A utilização do Livro Didático em sala de aula realmente tem contribuído muito para o processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, Katia Paulilo Mantovani (2009) pondera que avanços na qualidade do Livro-Texto disponível ao professor da rede pública não foram suficientes para colaborar para melhorar a realidade educacional brasileira. Outros fatores, como formação continuada de professores, infraestrutura física e tecnológica adequadas das escolas, necessitam de ajuste para alcançar uma educação com qualidade, equidade formadora e significativa.

Entre os fatores destaca-se a reconstrução social com compromisso de todos os agentes envolvidos, políticas públicas eficazes e eficientes, visando mais clareza ao processo, bem como reformulação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e investimento na preparação dos professores. A reformulação do PNLD deve contemplar desde seu formato de escolha – quando a participação do professor ainda é frágil no processo – como também a delimitação e/ou censura imposta aos conteúdos que desperte insatisfação para o governo, declara Mantovani (2009).

Tanto Bittencourt (2004) quanto Mantovani (2009) corroboram com o discurso de Matos (2012) que diz que, para conseguir a aprovação de suas obras, os grupos editoriais fabricam produtos seguindo determinações definidas pelas autoridades educacionais governamentais, isto é, do Ministério de Educação e Cultura/MEC, por meio do PNLD. Esse plano que gerencia a composição dos livros a serem utilizados nos vários componentes curriculares de toda a Educação Básica de nosso país.

Tais ideias reiteram a afirmação de Davies (2005) de que a intencionalidade política contida na produção do Livro Didático colabora com a degradação do ensino histórico-geográfico, ou seja, a distorção dos acontecimentos da nossa história. Em síntese, os estudantes aprendem uma versão da história, versão essa europeizada, que agrada

o colonizador. Para esclarecer melhor o PNLD, no capítulo que trata sobre Livro Didático, haverá informações detalhadas acerca desse programa.

2.1 A ECONOMIA CAPIXABA DO SÉCULO XVII AO SÉCULO XIX

O Estado do Espírito Santo localiza-se, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Região Sudeste do Brasil, fazendo limites geográficos com outros Estados, a Bahia ao norte, a oeste com Minas Gerais, ao sul com o Rio de Janeiro, sendo banhado pelo Oceano Atlântico a leste.

De acordo com José Teixeira de Oliveira (2008), Vasco Fernandes Coutinho chegou ao território hoje denominado Espírito Santo por volta de 1535. As terras doadas ao donatário pela Coroa Portuguesa foram divididas em sesmarias e posteriormente distribuídas aos colonizadores que vieram com ele, para que, assim, fosse possível introduzir a agricultura. Consolidou-se, dessa forma, a ocupação do espaço geográfico.

Devido aos constantes ataques dos índios Tupis à região que hoje compreende Vila Velha, Vasco Coutinho procurou por um local de ilha e montanhoso, pois essas características geográficas do terreno ofereciam mais segurança. Fixou-se, portanto, na área que, atualmente, corresponde à cidade de Vitória.

Durante o período colonial, até o início do século XVIII, o Espírito Santo ficou conhecido como uma região de barreira verde, ou seja, Portugal restringiu o povoamento no local visando proteger suas riquezas em Minas Gerais. E,

[..] com o intuito de proteger as minas, já no início de século XVIII, a Coroa Portuguesa proibiu a construção de estradas para o interior, determinou o fechamento do Rio Doce à navegação e a construção de fortificações, além de ter aumentado o número de militares (MOREIRA; PERRONE, 2003, p. 34-35).

Além das restrições impostas, a Coroa Portuguesa recebeu a ajuda de outras barreiras: a vegetação densa da Mata Atlântica e a presença dos índios Botocudos. Esses nativos ficaram conhecidos por sua braveza e aptidão para a guerra. Como habitavam predominantemente no Vale do Rio Doce, os colonizadores permaneceram na faixa litorânea, uma vez que a forma de interiorização do território na época era por

meio do transporte fluvial na bacia hidrográfica do Rio Doce. Oliveira (2008, p. 340) destaca que,

[...] a existência de numerosas tribos de botocudos na região atravessada pela estrada Espírito Santo-Minas era a causa principal do seu abandono. Em verdade, os temíveis silvícolas não eram simples tema literário. Enchiam de pavor mesmo aos habitantes das vilas e até os da Capital, pois visitavam frequentemente as lavouras situadas nas proximidades daquelas povoações, depredando e matando. A correspondência dos presidentes, de quando em vez, acusa o terror que os índios inspiravam, prejudicando todas as tentativas de penetração.

Devido a esses fatores, os primeiros engenhos açucareiros construídos na província foram durante o governo de Vasco Fernandes Coutinho. De acordo com Orlando Caliman (2012, p. 40), o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar concentrou-se nas faixas litorâneas do território, principalmente em Itapemirim e Vitória. Entretanto, a produção da cana-de-açúcar não encontrou condições favoráveis para sua expansão, uma vez que a atividade iniciou-se tardiamente na província, quando os preços no mercado internacional já não eram tão atrativos. Gabriel Augusto de Mello Bittencourt (2006, p. 145) salienta que:

O açúcar foi, até meados do século XIX, o produto responsável pela manutenção das vilas e povoados litorâneos, secundado pelas culturas agrícolas de subsistência, tais como, mandioca, arroz, feijão, milho, legumes diversos e pequena criação de gado, além da pesca artesanal [...].

Outra pesquisadora, Enaile Flauzina Carvalho (2008), corrobora Bittencourt (2006) ao descrever que, no final do século XVI, a Capitania do Espírito Santo já contava com uma produção bem diversificada, dando destaque para o algodão, o tabaco e criação de gado bovino. Diversificação essa que acompanharia a produção capixaba durante o Período Colonial. Carvalho ainda reforça que, por volta de 1603, os dízimos arrecadados no Espírito Santo eram de 353\$120 (trezentos e cinquenta e três mil, cento e vinte réis). Mesmo com o reduzido valor, a arrecadação no Espírito Santo ultrapassava a de outras capitanias na mesma época, a exemplo da de Sergipe, de Ilhéus e de Porto Seguro.

João Antônio de Paula (2012) ressalta que a diversificação da economia encontrada no Espírito Santo também ocorria em esfera nacional, pois, entre 1830 e 1889, apesar da efetiva centralidade da produção cafeeira, esta foi relativamente diversificada e dinâmica. Nesse sentido também, ao longo do século XIX, certas características estruturais e vocações regionais criaram um mosaico de relações de trabalho, de

tecnologias, de produtos, de mercados, de formas de propriedade, contrariando a imagem ainda amplamente difundida de uma economia exclusivamente escravista, de monocultura e voltada para a exportação. De fato, a economia brasileira esteve longe de ser homogênea em qualquer de suas características básicas, primeiramente se desenvolveu baseada em peculiaridades regionais.

Nas referências bibliográficas relativas à economia do Espírito Santo, bem como nos livros didáticos de Geografia e História, nota-se que são classificadas como principais atividades econômicas as monoculturas açucareira e cafeeira entre meados de 1500 até 1900. Entretanto, Bittencourt (2006), Carvalho (2010) e Paula (2012) concordam que outros produtos agrícolas eram cultivados no Espírito Santo nesse período.

Entre os produtos exportados nos anos de 1826 e 1827 constam: farinha de mandioca, açúcar, fios de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão, cal, colchas, redes e café, ainda incipiente, no valor total de 195:500\$000 (cento e noventa e cinco contos e quinhentos mil réis) (CARVALHO, 2010, p. 69).

No Quadro 1 a seguir estão descritos os principais produtos exportados pelo Espírito Santo nos anos de 1826 e 1827. As unidades de medidas usadas no período fazem uma relação entre a área plantada e a capacidade de produção. Para melhor compreender o Quadro 1, na página seguinte, o ANEXO A dispõe de informações complementares acerca das unidades de pesos e medidas utilizadas dos séculos XVIII e XIX.

Quadro 1 – Mapa dos gêneros exportados em 1826 e 1827

Gêneros	Em 1826		Em 1827		Preço médio	Exportação
Farinha	186 000	alqueires	171 000	alqueires	700	119:700\$000
Açúcar	31 685	arrobas	26 295	arrobas	1\$200	31:554\$000
Fio de algodão	2 400	arrobas	2 800	arrobas	5\$120	14:336\$000
Traçados	70 000	varas	60 000	varas	120	7:200\$000
Cachaça	200	pipas	166	pipas	32\$000	5:312\$000
Arroz	5 500	alqueires	5 400	alqueires	1\$200	6:480\$000
Milho	9 000	alqueires	8 000	alqueires	480	3:840\$000
Feijão	1 400	alqueires	1 200	alqueires	1\$200	1:440\$000
Colchas e redes	1 000		1 000		1\$600	1:600\$000
Capoeiras	50	dúzias	80	dúzias	16\$000	1:280\$000
Cal	100	moios	100	moios	10\$000	1:000\$000
Poaia	50	arrobas	50	arrobas	30\$000	1:500\$000
Café	150	arrobas	150	arrobas	1\$720	258\$000
SOMA						195:500\$000

Fonte: Adaptado de Vasconcelos (1978, p. 50).

O Quadro 1 demonstra a diversidade produtiva em terras capixabas, com expressiva prática de comércio exterior. A farinha proveniente da Vila de São Mateus (atual município São Mateus) correspondia aproximadamente a 60% das exportações nos anos de 1826 e 1827. Entretanto, as primeiras décadas do século XVIII foram marcadas por um momento de escassez de alimentos para o Espírito Santo, a farinha de mandioca tornou-se a base da alimentação da população capixaba nesse período. Em memórias deixadas por administradores da Capitania, como Ignácio Accioli de Vasconcellos² e Francisco Alberto Rubim³, há relatos da autonomia do Espírito Santo em relação à subsistência, além de permitir sua classificação de Capitania voltada para a produção e a exportação de gêneros alimentícios para outras regiões do Brasil. Entre os gêneros fornecidos destacavam-se a farinha, açúcar, fios de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão. Bittencourt (2006, p. 145) afirma que,

Produzida em larga escala na Vila de São Mateus, ainda sob a jurisdição de Porto Seguro, a farinha de mandioca constituía a base alimentar da população capixaba [...]. Incentivada pela abundância de madeiras de lei, a atividade da marcenaria e a da construção mereciam destaque na Província.

Tais memórias retratavam a visão política do potencial de desenvolvimento econômico da colônia. Tanto Alberto Rubim quanto Accioli de Vasconcellos demonstraram existir no Espírito Santo do século XIX, perspectivas favoráveis em termos de produção e comércio.

A Tabela 1 a seguir contém a frequência de gêneros cultivados pelas famílias inventariadas em 269 (duzentos e sessenta e nove) processos pesquisados. Segundo Carvalho (2010), os dados da tabela referendam uma amostra da quantidade das plantações existentes em solo capixaba entre 1790 a 1821.

² Foi presidente da província do Espírito Santo, nomeado por carta imperial, de 25 de novembro de 1823, de 23 de fevereiro de 1824 a 21 de outubro de 1829. Foi também membro da Assembleia Nacional Constituinte de 1823.

³ Governou a Capitania do Espírito Santo de 1812 a 1819, passando depois ao Governo da Capitania do Ceará, de onde retornou a Portugal quando da Independência do Brasil.

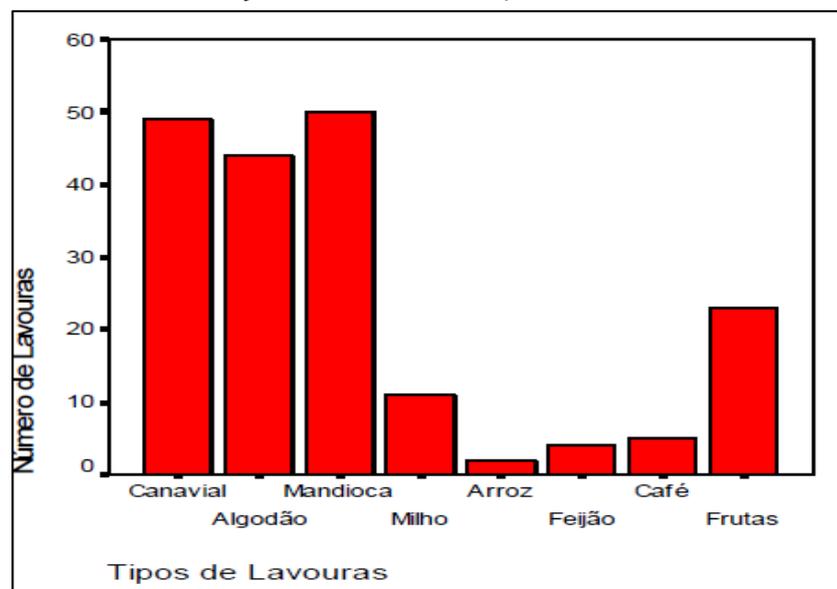
Tabela 1 – A diversificação das lavouras Capixabas entre 1790 a 1821

TIPOS DE PLANTAÇÕES	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL ACUMULADO
Canavial	49	26,1	26,1
Algodão	44	23,4	49,5
Mandioca	50	26,6	76,1
Milho	11	5,9	81,9
Arroz	2	1,1	83,0
Feijão	4	2,1	85,1
Café	5	2,7	87,8
Frutas	23	12,2	100,0
TOTAL	188	100,0	

Fonte: Carvalho (2008, p. 121)

Os dados contidos na Tabela 1 permitem inferir que a plantação de mandioca aparece com mais frequência do que a cultura canavieira e a de algodão. Além disso, a frequência de citação ao café restringe-se a cinco, enquanto à da mandioca a 50. Os dados da Tabela 1 foram condensados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - A diversificação das lavouras capixabas entre 1790 a 1821



Fonte: Carvalho (2008, p. 121)

O Gráfico 1 permite visualizar a predominância do cultivo da mandioca em relação às demais agriculturas praticadas no Estado naquele período. Após a cultura da mandioca, a plantação de mais relevância eram, respectivamente, o canavial, o algodão e as frutas.

Historicamente, São Mateus caracteriza-se por uma agricultura baseada na produção da farinha de mandioca, assim como pelas condições naturais favoráveis da região: navegabilidade de seu rio e a localização privilegiada do porto fluvial próximo à costa brasileira. Isso contribuiu para o estreitamento das relações comerciais de São Mateus com diversos núcleos populacionais do centro-sul da província, do Rio de Janeiro (na época, Corte) e, inclusive, da Bahia, os quais se tornaram os centros consumidores de boa parte de sua produção agrícola. Assim, sendo, Russo (2011, 2011, p. 24) assinala que:

Durante todo o período imperial, São Mateus é considerado o maior produtor de farinha de mandioca da Província do Espírito Santo e também um dos mais importantes da costa brasileira, além de se inserir, com relativo sucesso, na incipiente produção cafeeira da província capixaba e que, o rio São Mateus, atuando como via natural de escoamento agrícola, funcionou como um vetor de desenvolvimento regional. O porto exercia a função de entreposto natural da produção regional destinada a Vitória, ao comércio com a Bahia e à capital da Colônia (instalada no Rio de Janeiro desde 1763).

Essa autora relata que, nas primeiras décadas do século XIX, São Mateus registrou um período de crescimento econômico. Fator esse que contribuiu para o despertar de grande interesse das autoridades governamentais na época para a região mateense.

No que se refere à cafeicultura, esta somente começaria a ter expressividade a partir da década de 1860, enquanto a farinha de mandioca compreendia a base alimentar da população da província capixaba desde o início da colonização, de acordo com os dados de Bittencourt (2006), Russo (2011), Carvalho (2008), Alencastro (2000) e Paula (2012). No entanto, para cultivar a cafeicultura era preciso mão de obra e, o comércio negreiro consistiu na principal maneira para adquiri-la. Assim, esse tipo de trabalho acabou sendo empregado tanto na produção da farinha de mandioca quanto na cana-de-açúcar e cultura cafeeira.

É inegável que as produções açucareira e cafeeira tiveram importância econômica tanto no cenário estadual quanto nacional. Todavia, essas monoculturas eram voltadas para atender ao mercado externo, ou seja, foram desenvolvidas para atender as necessidades da metrópole portuguesa. Vale ressaltar a importância da cultura da mandioca que, além de ser exportada, a farinha também destinava-se a abastecer as

necessidades internas, uma vez que o produto era a base da alimentação tanto na própria área produtora no norte da Província e, até mesmo, em Vitória.

De acordo com Côgo (2007), na época registrava-se no porto da capital a entrada de diversas embarcações com carregamentos de farinha provenientes de São Mateus. Além disso, a praça do Rio de Janeiro destacou-se como o mercado de maior destino da maioria da produção de farinha mateense. No entanto, tais informações não são contempladas nos livros didáticos.

Ferlini (1998) citado Ferreira (2010, p. 3), bem como autores já mencionados, assegura que:

[...] a farinha de mandioca tinha importância no mercado interno da Colônia, alimentando as fazendas monocultoras, as áreas mineradoras, os povoados e as vilas, onde a agricultura de subsistência despertava pouco interesse. A comercialização interna às províncias brasileiras teve destaque junto às zonas açucareiras da Bahia e Pernambuco, bem como às zonas de exploração do ouro e centros urbanos onde se sediava o poder institucional da Coroa, com destaque para o Rio de Janeiro.

Por conseguinte, Luiz Felipe Alencastro (2000) acrescenta que, além de abastecer os navios negreiros, a farinha de mandioca foi utilizada como moeda de troca por africanos escravizados, sobretudo no período de 1590 a 1630 – durante o “ciclo da mandioca” – quando foi um dos principais produtos de escambo no tráfico de escravos realizado com Angola.

Diante do exposto, cabe uma análise do princípio de delegar e/ou classificar as atividades açucareira e cafeeira como principais atividades geradoras de riquezas na província capixaba no período colonial, minimizando a importância da agricultura mandiocal no cenário econômico estadual. Tal fato encontra-se comprovado, visto que nos livros didáticos há capítulos dedicados para explanar as atividades canavieira e açucareira e, em contrapartida, no tange ao cultivo da mandioca, existe apenas sucintas citações nessas obras.

Portanto, é preciso se refletir acerca de, mesmo constatando-se a relevância da farinha de mandioca da região de São Mateus para a sustentabilidade das comunidades regionais capixabas, bem como de outras províncias vizinhas até o

século XIX, como Bahia e Rio de Janeiro, o tratamento do tema ainda é tímido na historiografia da economia do Espírito Santo.

Para autores aqui elencados, desde o início de São Mateus, a mandioca sempre esteve presente como produto econômico e base alimentar da população desse povoado. Já a produção da cana-de-açúcar situada na área centro-sul, situava-se na área compreendida principalmente por Vitória e Itapemirim. Sendo assim, a região norte aparece como a exceção na estrutura agrária provincial.

Segundo Carvalho (2008), outras estruturas fundiárias se desenvolveram no início da década de 1850. Entre elas, destaca-se a da Colônia de Santa Isabel (fundada em 1847 por imigrantes alemães). A prosperidade era enfatizada pelas autoridades da província tendendo a atrair imigrantes estrangeiros para o Espírito Santo, considerando-se que o Governo Imperial incentivava a colonização estrangeira. Alvim (2000, p. 287) complementa os escritos de Carvalho afirmando que:

O período de 1870 a 1885 pode ser considerado o último em que o governo tentou trazer imigrantes para o Brasil, com destino à pequena propriedade. Essa prática teve início no período joanino e, por meio dela, o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo receberam famílias de açorianos.

Carvalho (2008) aponta que também foram criadas pelo Governo Imperial a colônia de Santa Leopoldina (iniciada em 1856 com 160 alemães) e a do Rio Doce (cujo contrato de fundação foi realizado em 1857 para a introdução de 2.000 colonos europeus). O objetivo da criação das colônias consistia em impulsionar a expansão dos cafezais na área, tendo em vista que os colonos europeus, mesmo desenvolvendo outros cultivos, adotaram a lavoura cafeeira como sua principal atividade agrícola.

Além disso, Oliveira (2008) pontua que o processo de entrada de colonos alemães, italianos e outros europeus ocorreu concomitantemente à cultura do café. Isso redirecionou a economia do Espírito Santo, com consequências também sociais. Esse movimento migratório europeu em grande escala para o Brasil objetivava recrutar braços para a lavoura, bem como aumentar a população branca local.

Dessa forma, percebe-se que há um paradoxo nas fontes bibliográficas tanto no que se refere à importância dada às atividades econômicas ao priorizar a agricultura

canaveira e cafeeira em detrimento a mandiocal, bem como uma valorização maior do trabalho do imigrante europeu em relação à mão de obra escrava na construção e desenvolvimento socioeconômico e cultural do Espírito Santo.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa classifica-se como documental, pois, de acordo com as autoras Eni de Mesquita Samara e Ismênia Spíndola Silveira Truzzi Tupy (2010), esse tipo de pesquisa possibilita reproduzir a informação de forma fidedigna. Essas autoras ainda asseguram que,

[...] os documentos que fundamentam os estudos históricos assumem, hoje, as formas mais diversas, abordam diferentes conteúdos e podem ser encontrados em lugares mais variados. Uma infinidade de registro apresenta-se disponível atualmente par ao trabalho do historiador. Cada vez mais acessíveis, as informações sobre um determinado tema provêm das mais diversas origens: jornais, revistas, livros, noticiários de rádio e televisão, filmes, documentários, internet, anedotário, linguagem e oralidade, entre tantas outras, constituem apenas alguns exemplos [...] (SAMARA; TUPY, 2010, p. 67-68).

Outro autor, Edmar Reis Thiengo (2001) corrobora com Samara e Tupy, destacando que “[...] o Livro Didático se inclui claramente no vasto campo de aplicação desse método, que abrange todas as comunicações” (THIENGO, 2001, p. 53).

Nessas perspectivas, os pesquisadores propõem abordar de forma mais ampla os objetos de estudos tidos como documentos, bem como afirmam que os objetos de estudo da pesquisa, os Livros Didáticos, são considerados documentos.

Assim, para que fosse possível extrair e analisar, bem como obter, desse modo, as informações necessárias dos dados contidos nessas obras pedagógicas, utilizou-se o diagnóstico dos livros didáticos pesquisados.

Elaine Linhares de Assis Guerra (2014) salienta que a análise de conteúdo “[...] é uma técnica de tratamento de dados coletados, que visa à interpretação de material de caráter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos [...]” (GUERRA, 2014, p. 38). A autora, por sua vez, propõe três etapas para a investigação de conteúdos: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Cada uma dessas fases tem suas características específicas, entre elas:

[...] na fase da pré-análise estabelece-se uma organização do material, a partir da escolha de documentos/informações relevantes, permitindo-se uma “leitura flutuante” do material até que a decisão sobre quais informações

devem ser consideradas na análise fique mais clara. Na fase da exploração do material, BARDIN (2009) ressalta que a análise do material exige sua codificação, ou seja, sua transformação de dados brutos dos textos por recortes, agregação ou enumeração, até que sua codificação atinja a representação do conteúdo ou sua expressão. Para codificação, pode-se usar palavras, temas, contextos, relações, personagens, etc., até se chegar à categorização dos mesmos [...]. Para se chegar na fase três, do tratamento dos resultados, o pesquisador deve realizar as interpretações dos dados a partir da teoria escolhida[...] (BARDIN, 2009, apud GUERRA, 2014, p. 39-40).

Desse modo, esta pesquisa foi norteada pelas fases: a pré-análise dos livros didáticos, seguida pela organização dos materiais que discutem o tema economia do Espírito Santo e, posteriormente, foi realizada a leitura exploratória do material. Em seguida, perante aos resultados obtidos, realizou-se a interpretação dos dados.

3.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo tem como fonte a análise dos conteúdos apresentados pelos Livros Didáticos das disciplinas de História e de Geografia do 4º ano e 5º anos do Ensino Fundamental, os quais abordam a ocupação e o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo desde o período colonial até a atualidade. É importante essa definição, uma vez que os PCN das disciplinas de humanas dessas séries em diagnóstico preconizam os estudos da localidade na qual o aluno está inserido. Isso para ampliar a capacidade de observar seu entorno de forma a compreender as relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo, além de reconhecer a presença de outros tempos no seu dia a dia. Assim sendo, os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que:

[...] nessa fase, é importante que os alunos dimensionem as relações sociais, econômicas, políticas e culturais que vivenciam, enriquecendo seu repertório histórico com informações de outras localidades para que possam compreender que seu espaço circundante estabelece diferentes relações locais, regionais, nacionais e mundiais (PCN, p. 46).

Outro material importante em observação é o Currículo da Educação Capixaba, cujo documento rege os conteúdos que devem ser contemplados nos livros-textos das escolas no Estado do Espírito Santo. Portanto, o currículo deveria exercer a função de matriz de referência para editoras e autores desses compêndios.

O estudo realizou-se por meio da análise da documentação referente à legislação vigente sobre conteúdos curriculares vigentes na rede pública estadual do Espírito

Santo e ainda nos livros didáticos adotados nas escolas de Ensino Fundamental do Espírito Santo. Os arquivos públicos referem-se às legislações vigentes acerca do conteúdo a ser abordado no Ensino Fundamental no Estado do Espírito Santo; já os arquivos particulares compõem-se de livros didáticos pertencentes ao acervo pessoal da própria pesquisadora.

O primeiro impasse foi encontrar obras de diferentes autores e diferentes tempos de forma abundante, visando proporcionar riqueza de detalhes à pesquisa. O cerne da pesquisa está na análise dos Livros Didáticos que contenham conteúdo de economia do estado capixaba.

De modo geral, tais materiais possibilitaram fazer um levantamento documental significativo a respeito da abordagem dada à economia espírito-santense no período de colonização capixaba em livros didáticos. No total, 11 livros didáticos publicados entre 1997 a 2017, os quais deram embasamento à análise de dados, sendo seis somente de História, duas obras histórico-geográficas e três obras de Geografia. A seguir, o Quadro 2 apresenta o acervo de Livros Didáticos utilizados.

Quadro 2 – Acervo de livros didático a ser utilizados na pesquisa

Título ou Coleção	Autor(es)	Editora	Ano do EF	Disciplina	Ano
História do Espírito Santo: Uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002	José Pontes Schayder	Companhia da Escola	-	História	2002
Nosso Estado - O Espírito Santo: História do Espírito Santo para o Ensino Fundamental	Luís Guilherme Santos Neves, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Renato José Costa Pacheco	Base	-	História	2001
Nosso Estado - O Espírito Santo: História do Espírito Santo para o Ensino Fundamental	Luís Guilherme Santos Neves, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Renato José Costa Pacheco	Base	4ª	História	2004
História do Espírito Santo	Augusto Gomes	FTD	5º	História	2008
História do Espírito Santo	Augusto Gomes	FTD	4º/5º	História	2011
História do Espírito Santo	Regina Rodrigues Hees;	Scipione	4º/5º	História	2010

	Sebastião Pimentel Franco				
Novo Atlas do Espírito Santo	Neida Lúcia Morais	Grafer	-	Geografia	1997
Geografia do Espírito Santo	Gisele Girardi	FTD	4º/5º	Geografia	2008
Geografia do Espírito Santo	Gisele Girardi	FTD	4º/5º	Geografia	2011
Atlas Histórico-Geográfico do Espírito Santo	-	SEDU/IJSN	-	Geografia /História	2011
Histórias, descobrimentos e aventuras: História e Geografia do Espírito Santo	Maria Isabel de Fraga Rodrigues, Inácio José Zucolotto Allochio, Flávio Marcelo Pereira	Microkids	4º	Geografia /História	2017

Fonte: Pesquisador, 2018.

A identificação dos assuntos referentes à economia nos livros foi sucedida pela leitura dos capítulos, investigando-se os tipos de atividades econômicas descritas e priorizadas durante o período colonial que constam nos manuais didáticos.

Por meio desse diagnóstico foi possível comparar a legislação vigente referente aos conteúdos dessas séries, as diretrizes escolares e os Livros Didáticos pesquisados. Isso gerou uma produção documental com relativa consistência no que diz respeito à História da economia capixaba, com possível impacto positivo, para autores e editoras desses materiais, por meio de uma visão não colonizadora da farinha de mandioca.

4 ANÁLISES DOS DADOS

O livro “Histórias, Descobrimientos e Aventuras: História e Geografia do Espírito Santo”, de autoria de Maria Izabel de Fraga Rodrigues, Inácio José Zucolotto Allochio e Flávio Marcelo Pereira, da Editora Microkids, não dispõe de informações sobre a formação dos autores. Entre os títulos analisados, é a obra mais recente, datada de 2017; a Figura 1, ilustra a capa do livro.

Figura 1 – Capa do livro “Histórias, Descobrimientos e Aventuras”



Fonte: Rodrigues; Allochio; Pereira (2017).

O livro destina-se ao 4º ano do Ensino Fundamental. No sumário, Figura 2, observa-se a organização conteudista do livro, sendo que o capítulo 9 descreve como foi o cultivo do café no Espírito Santo. Na obra, essa planta é originária da região de Kaffa,

na Etiópia, e chegou ao Brasil no século XVIII (1727) no estado do Pará, sendo espalhado posteriormente para o restante do país, principalmente para a região do sudeste brasileiro. De acordo com Rodrigues, Allochio e Pereira (2017), a difusão do café em solo capixaba está associada à mão de obra imigrante.

Figura 2 – Sumário do livro “Histórias, Descobrimientos e Aventuras”

The image shows the table of contents of a book titled "Histórias, Descobrimientos e Aventuras". The title "Sumário" is prominently displayed in a decorative box at the top. Below it, the contents are organized into 12 chapters, each with a main title and a sub-section for exercises. The page numbers for each section are listed on the right side of the page.

Capítulo	Título	Página
CAPÍTULO 1	A HISTÓRIA DAS NAVEGAÇÕES	05
	EXERCÍCIOS	14
CAPÍTULO 2	OS PORTUGUESES TAMBÉM CHEGAM AO NOVO MUNDO	19
	EXERCÍCIOS	29
CAPÍTULO 3	HENRIQUE CHEGA AO ESPÍRITO SANTO A BORDO DA NAU GLÓRIA	33
	EXERCÍCIOS	39
CAPÍTULO 4	MUDANÇAS NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO	43
	EXERCÍCIOS	50
CAPÍTULO 5	INVASÕES ESTRANGEIRAS NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO	63
	EXERCÍCIOS	69
CAPÍTULO 6	A TERRA PRIVILEGIADA DO ESPÍRITO SANTO	63
	EXERCÍCIOS	70
CAPÍTULO 7	RELATOS SOBRE A HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO	77
	EXERCÍCIOS	83
CAPÍTULO 8	O ESPÍRITO SANTO COMEÇA A MELHORAR DE VIDA	87
	EXERCÍCIOS	92
CAPÍTULO 9	O CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO	95
	EXERCÍCIOS	100
CAPÍTULO 10	UM NOVO PERSONAGEM FECHA A HISTÓRIA DO SÉCULO XIX	103
	EXERCÍCIOS	111
CAPÍTULO 11	A VOLTA DA LIBERDADE POLÍTICA BRASILEIRA E CAPIXABA	115
	EXERCÍCIOS	130
CAPÍTULO 12	OS ANOS FINAIS DO SÉCULO XX E A CHEGADA DO SÉCULO XXI	123
	EXERCÍCIOS	131
	REFERÊNCIAS	136

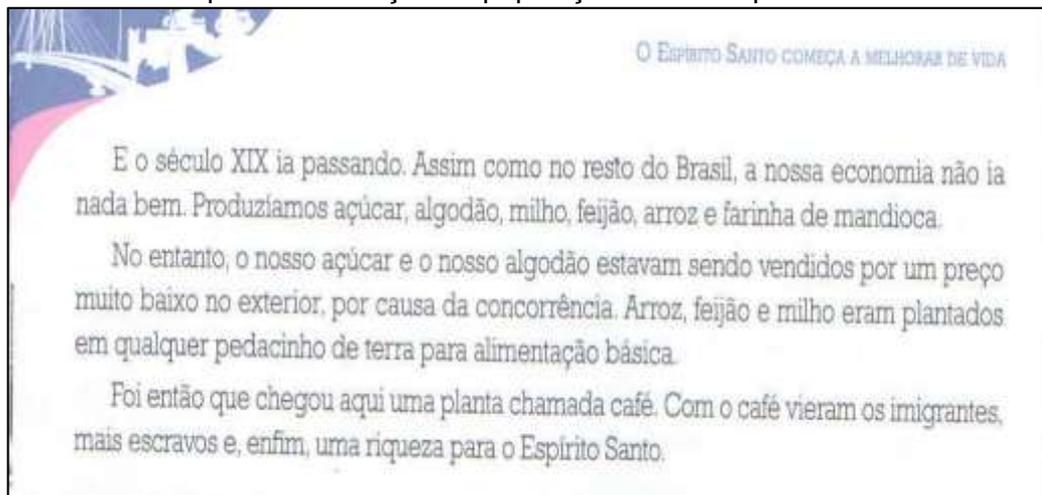
Fonte: Rodrigues; Allochio; Pereira (2017).

Esse volume em análise apresenta o mapa de agricultura do Estado, representado na Figura 3 a seguir, o qual contém a distribuição dos gêneros agrícolas por todo o Espírito Santo. Porém, não faz referência à produção de mandioca. Entretanto, tem-

mencionada com frequência em tópicos diferentes. Quanto ao cultivo da mandioca, cita-se apenas como influência cultural herdada dos povos indígenas.

Embora Ferreira (2009) e Alencastro (2000) ressaltem a importância da mandioca para a subsistência da província capixaba no período colonial e, na obra descrevam o plantio de mandioca no Estado, porém como demonstra o texto da Figura 4 a seguir, o arroz, o feijão e o milho eram considerados os produtos básicos para a alimentação da população local da época.

Figura 4 – Fragmento do Livro demonstrando o arroz, feijão e milho como produtos básicos para alimentação da população local da época.



Fonte: Rodrigues; Allochio; Pereira (2017, p. 92).

A obra “Atlas Histórico-Geográfico do Espírito Santo”, produzida em parceria entre o Instituto Jones Santos Neves e a SEDU em 2011, assemelha-se com o livro dos autores Rodrigues, Allochio e Pereira (2017), uma vez que as duas obras tratam as disciplinas de Geografia e História em um mesmo volume. Além disso, o conteúdo é narrado de maneira bem atrativa, no formato de história em quadrinhos. A seguir, na Figura 5, estão a capa e o sumário do atlas, respectivamente.

Figura 5 – Capa e Sumário do livro “Atlas Histórico-Geográfico do Espírito Santo”



Fonte: SEDU; IJSN (2011, p).

Na apresentação da obra, ilustrada na Figura 5, descreve que

[...] o Atlas vem suprir uma demanda apresentada pelos profissionais da rede estadual de Educação com relação a materiais didáticos apropriados para ensinar História e Geografia local, tanto no ensino fundamental quanto consolidação do Currículo Básico da Escola Estadual para o ensino médio, e é a parte das ações que envolvem o processo de (SEDU, 2011, p. 6).

Apesar da proposta inicial do título convergir para o fortalecimento da identidade capixaba, proporcionando o acesso ao conhecimento mais profundo sobre a História e a Geografia local, não há no livro citação acerca da produção de farinha da mandioca em São Mateus, importante produto para a subsistência no período colonial. No mapa com os principais produtos agrícolas, semelhantemente ao mapa do livro “Histórias, Descobrimentos e Aventuras: História e Geografia do Espírito Santo”, não consta o cultivo desse produto, como demonstrado na Figura 6 a seguir.

Figura 6 – Mapa com os principais produtos agrícolas



Fonte: SEDU; IJSN (201, p.118).

Na Figura 6, o autor considera como sendo os principais produtos agropecuários em solo capixaba a pecuária de corte e leite, cafeicultura, feijão, arroz, milho, cana-de-açúcar, coco verde, pimenta-do-reino, batata-inglesa, tomate, piscicultura, eucalipto,

seringueira, mamão, manga, banana, abacaxi, maracujá, cacau, laranja, limão, goiaba, abacate e uva. Fica suprimida a presença da mandioca como um dos cultivos. Entretanto, de acordo com as informações da Figura 7 a seguir, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a mandioca ocupava o sétimo lugar no ranking de área cultivada, com rendimento médio de 12600 kg/ha. Outras agriculturas com menor rendimento médio são priorizadas no Atlas, entre elas: café, pimenta, feijão, milho e cana-de-açúcar.

Figura 7 – Principais atividades agrícolas

Produto	Área Total (ha)	Área a ser Colhida (ha)	Quantidade Produzida (T)	Rendimento Médio (Kg/ha)	Produção Estimada (t)
Banana	40	40	1400	3500	1400
Borracha	1500	1500	1800	1200	1800
Cacau	843	843	196	232	196
Café	15800	12550	15637	5093	63917
Cana	7166	7166	351134	49000	351134
Coco-da-baía	3800	3800	76000	20000	76000
Feijão – Safra 1	120	120	86	0	0
Feijão – Safra 2	100	100	72	0	0
Goiaba	12	12	192	16000	192
Limão	45	45	900	20000	900
Mamão	664	664	65072	98000	65072
Mandioca	700	700	8820	12600	8820
Maracujá	80	80	1400	17500	1400
Milho – Safra 1	220	220	308	1400	308
Palmito	13	13	7	500	7
Pimenta	1800	1600	4480	2800	4480
Quiabo	5	5	75	15000	75
TOTAL	32908	29458	527579	294325	575700

Fonte: IBGE/LSPA do Estado do Espírito Santo (Agosto/2010).

Outra obra investigada nesta pesquisa foi a “História do Espírito Santo”, dos autores Regina Rodrigues Hees e Sebastião Pimentel Franco, destinada ao 4º ou 5º anos do Ensino Fundamental. Nesse material pedagógico, os subtítulos do capítulo 3 dedicaram-se a contar a história das primeiras atividades econômicas plantadas em solo capixaba, tais como: pau-brasil e cana-de-açúcar, sendo o café trabalhado em uma seção à parte do capítulo 4. Além disso, a produção cafeeira voltou a ser destaque no último capítulo da obra. A Figura 8 a seguir contém a capa e o sumário desse Livro-Texto.

Figura 8 – Capa e Sumário do livro “História do Espírito Santo”

Capa do livro	
Regina Rodrigues Hees Sebastião Pimentel Franco	4 ^o 5 ^o ANO
História do Espírito Santo MANUAL DO ALUNO	
editora scipione	

Capítulo 1 Conhecendo a História	7
O que é a História	8
A relação da História com a Geografia	10
Localização	12
Limites geográficos	12
Divisão em municípios	12
Capítulo 2 O início da colonização no Espírito Santo	14
Os primeiros habitantes	15
As viagens marítimas	16
As capitânicas hereditárias	21
A capitania do Espírito Santo	23
O governo geral e a capitania do Espírito Santo	28
Capítulo 3 Os avanços da colonização	31
As primeiras atividades econômicas	32
O pau-brasil	33
A cana-de-açúcar	34
Os indígenas	35
Como vivem os indígenas	36
Os indígenas no Espírito Santo	38
A resistência indígena	39
Os europeus – os missionários	40
Os jesuítas	40
Os franciscanos	43
A expulsão dos jesuítas	44
Os europeus – os colonizadores	47
Os africanos	48
O tráfico de escravos africanos	48
A mineração	53
A mineração e o Espírito Santo	58
O Espírito Santo no século XVII	57
Capítulo 4 O Espírito Santo no século XIX	60
A chegada da família real	61
Encontro luso no Espírito Santo	70
A independência do Brasil	64
Em o Espírito Santo	66
A economia e o café	67
As ferrovias	70
O zampo e a comercialização do café	70
A imigração	72
Capítulo 5 Da República ao século XX	76
Da proclamação da República à Revolução de 1930	77
Como se viveu no Espírito Santo	82
O governo de Jansenio Monteiro	87
O governo de Florentino Avuliz	92
Da “Revolução de 1930” ao Estado Novo	93
No Espírito Santo	94
Do Estado Novo à Segunda Guerra Mundial	96
No Espírito Santo	96
O fim do governo Vargas e a redemocratização	97
No Espírito Santo	98
Do Golpe Militar de 1964 ao final do século XX	98
No Espírito Santo	99
Os grandes projetos industriais	99
Capítulo 6 O Espírito Santo – do final do século XX aos dias de hoje	102
A economia no Espírito Santo hoje	103
Agropecuária	106
Indústria	109
Estatando a economia: rodovias, ferrovias e portos	112
Turismo	113
O meio ambiente	116
O folclore e outras manifestações culturais	116
Hino do estado do Espírito Santo	123
Espírito Santo: divisão político-administrativa (mapa)	124
Sugestões de leitura para o aluno	125
Referências bibliográficas	127

Fonte: Hees; Franco (2010).

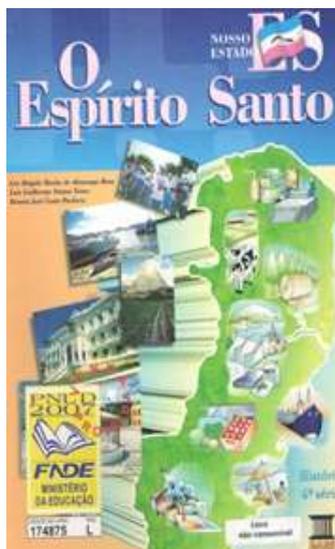
De acordo com Hess e Franco (2010, p. 34), na mesma época da extração de pau-brasil iniciou-se também o cultivo da cana-de-açúcar, que se tornou a principal fonte de riqueza econômica da Capitania do Espírito Santo. Entretanto, tanto Carvalho (2008) quanto Bittencourt (2006) afirmam que, no século XVI, a Capitania do Espírito Santo já possuía uma diversificação nas atividades agrícolas, entre elas, o cultivo de mandioca. Além disso, Paula (2012) destaca ainda que esse produto era responsável por movimentar as atividades comerciais no porto de São Mateus com outras províncias nacionais, bem como com a Europa.

No livro de Hess e Franco há referência à importância de São Mateus como uma das cidades mais importantes da província capixaba da época, devido à intensa movimentação portuária, por onde passava as produções de mandioca, madeira e

café. Semelhantemente ao Atlas Histórico-Geográfico do Espírito Santo, Hess e Franco (2010, p.67 e 89) consideram os principais produtos da província durante o século XIX a aguardente, o açúcar, o café, o arroz e o algodão. Excluíram na obra a relevância da farinha de mandioca para a subsistência da população provincial. Entretanto, em outro trecho da obra, os autores admitiram que, naquela época, das poucas fábricas existentes no período, as mais importantes eram as de farinha de mandioca.

Outro livro sintonizado com esta pesquisa é “Nosso Estado o Espírito Santo: História do Estado do Espírito Santo para o Ensino Fundamental”, de Luiz Guilherme Santos Neves, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Renato José Costa Pacheco, destinado ao 4º ano. Neste estudo foram analisadas as publicações em 2001 e 2004. Apesar da publicação mais recente ser classificada como revisada e atualizada, houve mudança apenas nos textos complementares e nas atividades de fixação, ou seja, o texto de cada capítulo permaneceu fiel à publicação anterior. A atividade açucareira e a cafeeira são tratados em subtítulos dos capítulos 2 e 3, respectivamente, como pode ser observado na Figura 9 a seguir.

Figura 9 – Capa e sumário do livro “O Espírito Santo”

		<p>CAPÍTULO I Nosso Estado - o Espírito Santo 6 A posição geográfica do Espírito Santo 7 O Espírito Santo e a Região Sudeste 8 Alguns aspectos relevantes do nosso Estado 10 Um Estado de contrastes 12 Atividades - 1 14 O povo capixaba 16 Como foram esses imigrantes 16 Migração de outros Estados 18 Os imigrantes do Espírito Santo 19 Atividades - 2 19 Estado de História 21</p> <p>CAPÍTULO II Os aspectos de colonização 23 Os aspectos de cultura 23 Atividades - 3 27 O Espírito Santo e a produção de açúcar 28 Os religiosos e a ação catequética 29 Atos e fazendas dos jesuítas no Espírito Santo 29 A ação dos franciscanos no Espírito Santo 30 Os índios botocudos no Espírito Santo 32 Reservas indígenas no Espírito Santo 33 Atividades - 4 35 Os africanos no Espírito Santo 36 Os quilombos e a resistência dos afro-brasileiros à escravidão 37 As revoltas dos negros contra a escravidão 38 A contribuição cultural dos negros 39 Atividades - 5 41 Estado de História 42 Os africanos no Brasil 43 Regendas e os capangas 45 Tombos 46</p> <p>CAPÍTULO III A ocupação do litoral 47 O Espírito Santo e o porto de suão 48 A antiga vila de Vitória 49 Atividades - 6 51 Os cafeeiros e a ocupação do interior do Espírito Santo 52 Mão-de-obra na produção de café do Espírito Santo 54 Atividades - 7 57 Trabalho e comércio no transporte do café 58 Insuficiência de produção cafeeira no Espírito Santo 60 A introdução dos cafeeiros 61 Condições de produção de café 63 Grandes Projetos 62 Atividades - 8 64 Estado de História 65</p> <p>CAPÍTULO IV O Espírito Santo atual 67 Atividades rurais 69 Outras atividades econômicas 69 Pesca e produção de sardinha 70 A industrialização 70 Os portos do Espírito Santo 72 Atividades - 9 73 Nossas Américas 74 O Espírito Santo e o Conselho de Transporte Coletivos 75 As rodovias em nosso estado 76 Turismo e agroturismo 77 O turismo capixaba 78 Artes, literatura e música 79 A preservação do meio ambiente 79 Manifestações religiosas 81 Uma visão das mudanças do Estado 82 Ocupação para o Espírito Santo 83 Atividades - 10 84 Estado de História 85 Vitória 86 Vocabulário 86 Sobre os autores 86 Nota do Espírito Santo 86</p>
---	--	---

Fonte: Neves; Rosa; Pacheco (2004)

Nesse recurso pedagógico, a produção da farinha de mandioca em São Mateus está condicionada à mão de obra escrava dos africanos na Capitania Capixaba, que também foi empregada no trabalho realizado nos engenhos de açúcar e café.

De forma análoga às outras obras já analisadas, observou-se que os autores do livro “Nosso Estado o Espírito Santo: História do Estado do Espírito Santo para o Ensino Fundamental” tem conhecimento da importância do cultivo da mandioca para a Província do Espírito Santo, apesar do tema restringir-se a tímidas citações.

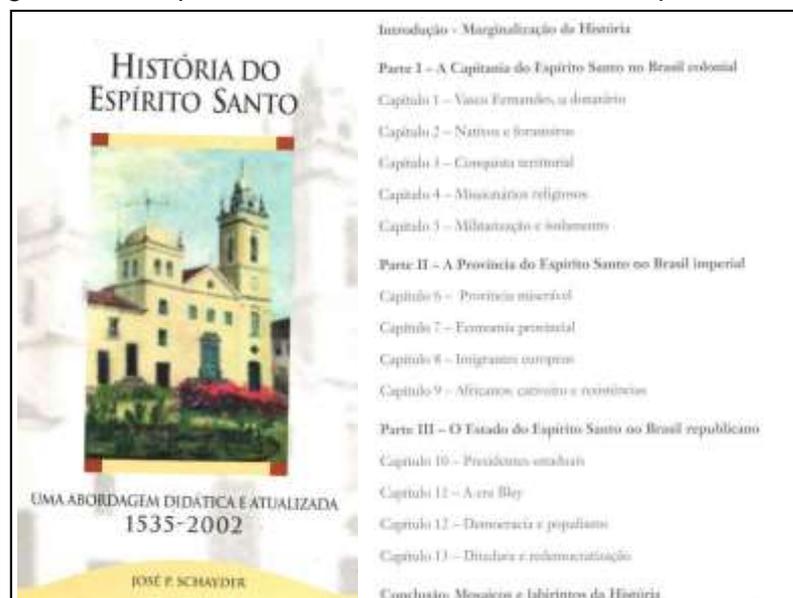
Os autores desse livro, Rosa, Neves e Pacheco, explicam que (2004, p. 69),

Além do café, destacam-se outros produtos em nossa agricultura, como tomate, repolho, quiabo, pimentão, alface, salsa, alho, cebola, e frutas de vários tipos, como o mamão, abacaxi, banana, coco-da-baía, abacate, laranja, maracujá, limão, morango, e outras mais, bem como o cacau, plantando em Linhares e municípios vizinhos. (ROSA; NEVES; PACHECO, 2004, p.69)

Dessa forma, nota-se que a mandioca encontra-se subtraída da listagem dos principais produtos agrícolas da região norte capixaba, divergindo, assim, da pesquisa realizada pelo IBGE, conforme mostrou anteriormente a Figura 7.

Já a obra de José Pontes Schayder intitulada “História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002” traz uma versão de livro didático tradicional. Diferentemente das obras anteriores, Schayder utiliza uma linguagem mais distante dos estudantes do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. O autor destina o capítulo 7 para tratar a economia provincial, como pode ser observado na Figura 10 a seguir, que contém a capa e o índice da obra.

Figura 10 – Capa e Sumário do livro “História do Espírito Santo”



Fonte: Schayder (2002).

O recorte da História econômica nessa obra inicia-se na segunda metade do século XIX com a produção cafeeira, sendo considerada a atividade mais importante da Província Capixaba, como delinea o fragmento a seguir:

A cafeicultura superou, em importância, a produção de outros bens agrícolas tradicionalmente produzidos no Espírito Santo: o açúcar e a mandioca. A economia capixaba por mais de um século (1850-1960) esteve baseada essencialmente na produção de café (SCHAYDER, 2002, p. 55).

Apesar de o livro-texto priorizar o café como principal produto, a mesma obra dispõe informações que divergem da ideologia defendida pelo autor.

O Quadro 3 a seguir contém dados acerca da exportação dos principais produtos pelos principais portos do Espírito Santo.

Quadro 3 – Exportação dos principais produtos pelos principais portos do ES

Exportação dos principais produtos pelos principais portos do Espírito Santo									
Produtos	Porto de Vitória			Norte Porto de São Mateus			Sul Porto de Itapemirim		
	%			%			%		
	1873/74	1883/84	1885/86	1873/74	1883/84	1885/86	1873/74	1883/84	1885/86
Café	37,6	30,7	29,3	4,3	6,1	5,2	58,1	63,2	65,86
Açúcar	13,3	60,3	35,4	20,3	-	2,4	66,4	39,7	62,2
Farinha	0,4	6,3	2,4	99,6	92,6	97,5	-	1,1	0,1
Milho	96,4	99,4	4,6	1,8	0,3	49,8	1,8	0,3	45,8
Madeira	0,1	0,1	74,8	0,6	0,2	0,4	99,3	99,7	24,8

Fonte: Schayder (2002, p. 59).

Observa-se, assim, no Quadro 3 que o Porto de São Mateus teve um intenso movimento de exportação de produtos entre 1873 a 1886, sendo a farinha de mandioca o principal produto de exportação. Desse modo, contrapõe-se ao anteriormente descrito por José Pontes Schayder de que, entre 1850-1960, o café figurava-se como a principal produção agrícola capixaba.

Outro livro, o de Gisele Girard, também está entre os volumes investigados nesta pesquisa. Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, Girard também dedicou-se à escrita de um manual didático de Geografia do Espírito Santo destinado aos anos iniciais do Ensino Fundamental. A análise feita ocorreu nos volumes didáticos publicados em 2008 e 2011. Apesar da diferença de três anos de uma

publicação para a outra, o conteúdo não sofreu alteração. Entretanto, enquanto a obra mais antiga restringia-se ao 5º ano, o livro-texto de 2011 destinou-se ao 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, como pode ser observados na Figura 11, ilustrada a seguir. Em relação ao sumário, a publicação mais recente manteve a mesma estrutura conteudista, ou seja, não houve modificações ou atualizações nesse instrumento pedagógico.

Figura 11 – Geografia do Espírito Santo

		<table border="0"> <tr> <td>UNIDADE 1 A CASA, O LUGAR, O PAISAGEM URBANA..... 3</td> <td>UNIDADE 8 O RELEVO E AS PRINCIPAIS..... 80</td> </tr> <tr> <td>UNIDADE 2 OS PAISAGENS..... 14</td> <td>UNIDADE 10 CIRCULAÇÃO, ENERGIA E COMUNICAÇÃO..... 91</td> </tr> <tr> <td>UNIDADE 3 AS FONTES DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA..... 23</td> <td>UNIDADE 11 O RELEVO E AS PRINCIPAIS..... 101</td> </tr> <tr> <td>UNIDADE 4 O PAISAGEM E SUAS INTERAÇÕES..... 32</td> <td>UNIDADE 12 O TEMPO E O CLIMA..... 112</td> </tr> <tr> <td>UNIDADE 5 A POPULAÇÃO..... 41</td> <td>UNIDADE 13 A REGIÃO..... 122</td> </tr> <tr> <td>UNIDADE 6 A CULTURA CAPIXABA..... 51</td> <td>UNIDADE 14 A ÁGUA, FONTE DE VIDA..... 129</td> </tr> <tr> <td>UNIDADE 7 O TRABALHO..... 59</td> <td>GOVERNO..... 142</td> </tr> <tr> <td>UNIDADE 8 AS PRINCIPAIS REGIÕES..... 67</td> <td>BIBLIOGRAFIA..... 143</td> </tr> <tr> <td></td> <td>SUPLEMENTO ATLAS DO ESPÍRITO SANTO..... 145</td> </tr> </table>	UNIDADE 1 A CASA, O LUGAR, O PAISAGEM URBANA..... 3	UNIDADE 8 O RELEVO E AS PRINCIPAIS..... 80	UNIDADE 2 OS PAISAGENS..... 14	UNIDADE 10 CIRCULAÇÃO, ENERGIA E COMUNICAÇÃO..... 91	UNIDADE 3 AS FONTES DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA..... 23	UNIDADE 11 O RELEVO E AS PRINCIPAIS..... 101	UNIDADE 4 O PAISAGEM E SUAS INTERAÇÕES..... 32	UNIDADE 12 O TEMPO E O CLIMA..... 112	UNIDADE 5 A POPULAÇÃO..... 41	UNIDADE 13 A REGIÃO..... 122	UNIDADE 6 A CULTURA CAPIXABA..... 51	UNIDADE 14 A ÁGUA, FONTE DE VIDA..... 129	UNIDADE 7 O TRABALHO..... 59	GOVERNO..... 142	UNIDADE 8 AS PRINCIPAIS REGIÕES..... 67	BIBLIOGRAFIA..... 143		SUPLEMENTO ATLAS DO ESPÍRITO SANTO..... 145
UNIDADE 1 A CASA, O LUGAR, O PAISAGEM URBANA..... 3	UNIDADE 8 O RELEVO E AS PRINCIPAIS..... 80																			
UNIDADE 2 OS PAISAGENS..... 14	UNIDADE 10 CIRCULAÇÃO, ENERGIA E COMUNICAÇÃO..... 91																			
UNIDADE 3 AS FONTES DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA..... 23	UNIDADE 11 O RELEVO E AS PRINCIPAIS..... 101																			
UNIDADE 4 O PAISAGEM E SUAS INTERAÇÕES..... 32	UNIDADE 12 O TEMPO E O CLIMA..... 112																			
UNIDADE 5 A POPULAÇÃO..... 41	UNIDADE 13 A REGIÃO..... 122																			
UNIDADE 6 A CULTURA CAPIXABA..... 51	UNIDADE 14 A ÁGUA, FONTE DE VIDA..... 129																			
UNIDADE 7 O TRABALHO..... 59	GOVERNO..... 142																			
UNIDADE 8 AS PRINCIPAIS REGIÕES..... 67	BIBLIOGRAFIA..... 143																			
	SUPLEMENTO ATLAS DO ESPÍRITO SANTO..... 145																			

Fonte: Girard (2008 e 2011).

Nessa obra não há uma unidade específica destinada à economia. As atividades açucareira, cafeeira e mandioca, inclusive as demais atividades de menor expressividade, são citadas ao longo do texto visando localizar geograficamente as áreas de produção, isto é, são textos de pouca robustez de conteúdos históricos acerca da economia capixaba.

Um diferencial do livro consiste no atlas do Espírito Santo inserido no final da obra, que contribui ricamente para o processo de ensino-aprendizagem da disciplina. Essa seção contém o mapa da produção agropecuária do Estado, ilustrado na Figura 12, em que se observa que a produção de mandioca ocorre nos seguintes municípios capixabas: Montanha, Pinheiros, Mucurici, Itapemerim, Marataizes e Presidente Kennedy. Com isso, as informações trazidas por esse mapa contrasta com a dos

outros mapas dispostos tanto no livro Histórias, Descobrimentos e Aventuras: História e Geografia do Espírito Santo como no Atlas Histórico-Geográfico do Espírito Santo.

Figura 12 - Mapa de Produção Agropecuária do Estado

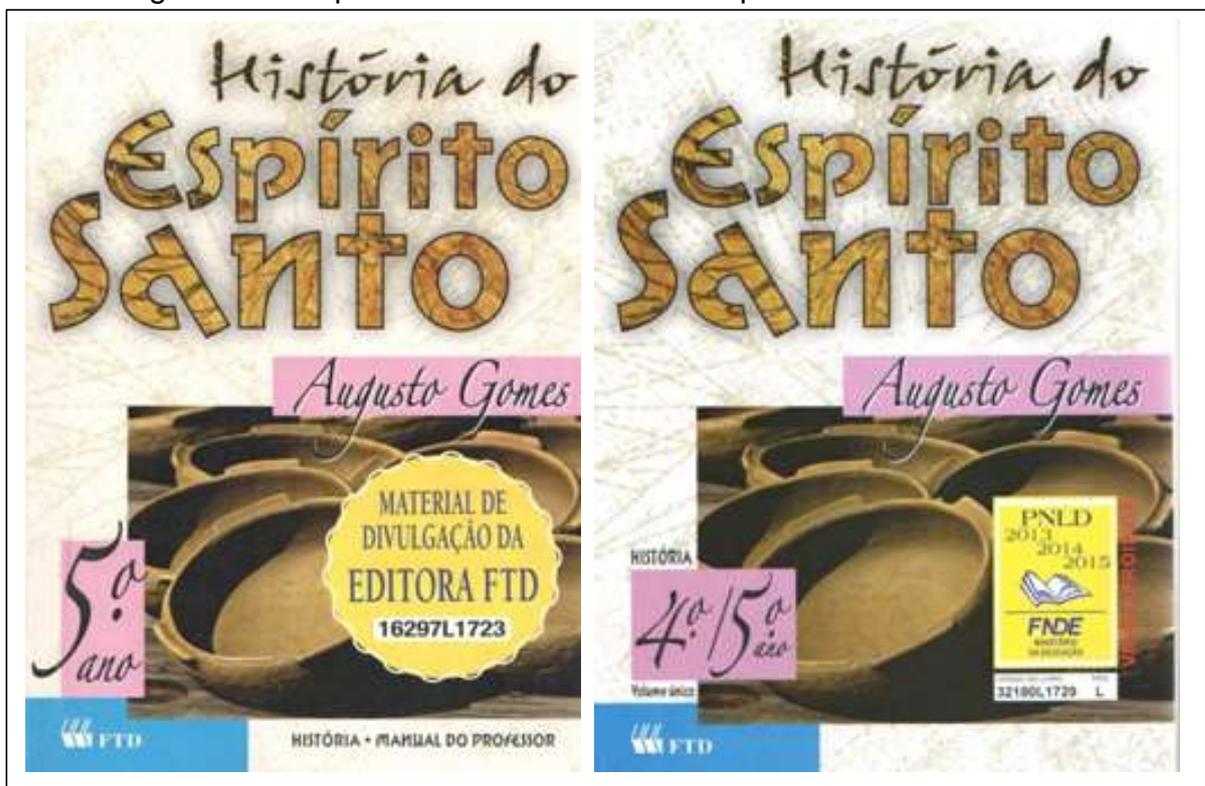


Fonte: Girard (2011)

Outro ponto de atenção no conteúdo cartográfico de Girard (2011) refere-se a omitir a produção de mandioca nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, historicamente conhecidos como grandes produtores desse produto e de sua farinha, desde o período provincial, como assegura os pesquisadores Côgo (2007), Russo (2008), Carvalho (2010) e Bittencourt (2006).

De forma semelhante à obra anterior, o livro do bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo, o autor Augusto Gomes da Silva Filho, foi analisado em dois períodos distintos: os volumes publicados em 2008 (destinado ao 5º ano) e em 2011 (destinado ao 4º e 5º anos do Ensino Fundamental). Outra similaridade reside no fato de que a obra mais recente não passou por atualização de conteúdos. A Figura 13 a seguir apresenta os títulos em estudo.

Figura 13 – Capas dos livros História do Espírito Santo 4º e 5º Anos



Fonte: Gomes (2008 e 2011).

Ao seguir a organização dos conteúdos idêntica aos títulos essencialmente de História como “História do Espírito Santo” e “Nosso Estado o Espírito Santo: História do Estado do Espírito Santo para o Ensino Fundamental”, o trabalho de Silva Filho (2011) dispõe de unidades exclusivas para abordagem sobre os engenhos de açúcar e as lavouras

de café no Espírito Santo, como pode ser observado na Figura 14 que corresponde ao sumário.

Figura 14 – Sumários do Livro “Nosso Estado o Espírito Santo”

UNIDADE I		UNIDADE IV	
Introdução: História e diversidade		O café, os imigrantes e a revolta dos escravos	
1. Por que chamamos Ilhéus?	07	1. O café	59
2. Devido à escravidão	07	2. Os imigrantes	63
3. Os índios: primeiras tentativas de terra	16	3. Como era a vida desses imigrantes?	67
4. Quem eram os portugueses?	18	4. A disputa pela terra	68
5. Quem eram os escravos?	31	5. O café do café	69
6. A guerra por terras no Ilhéus	24	6. A luta contra a escravidão	70
UNIDADE II		7. O fim da escravidão	71
A Capitania de Vasco Fernandes Coutinho: o açúcar, a colonização e a escravidão		8. O acúmulo dos bens-mercadorias	72
1. Por que os portugueses vieram para o Brasil?	27	9. O fim do Império e a reorganização da República	73
2. A Capitania de Vasco Fernandes Coutinho	31	UNIDADE V	
3. O comércio do açúcar e a importância de João Pessoa	32	A República e as mudanças políticas e econômicas	
4. O trabalho escravo na colônia	33	1. A República	75
5. O comércio de escravos	36	2. Os conflitos do regime republicano	76
6. A formação da colônia	37	3. O Espírito Santo durante a chamada “República Velha”	78
7. A guerra contra a fazenda inglesa	40	4. A Revolução de 1930 e a chegada Vargas	80
8. A guerra contra franceses e holandeses	40	5. Um novo período republicano (1945-1964)	81
UNIDADE III		6. O eterno problema da disputa pelas terras	83
O trabalho dos jesuítas e as dificuldades da capitania		7. A distribuição dos cafeeiros	83
1. A ação dos jesuítas junto aos índios	42	8. A ditadura militar (1964-1985)	84
2. Os conhecimentos dos jesuítas	44	UNIDADE VI	
3. O isolamento da capitania	48	Movimentos sociais e cidadania	
4. A separação de ouro em Minas Gerais	49	1. A construção da república e a da cidadania	86
5. O trabalho de escravos do ouro no Espírito Santo	50	2. Os movimentos sociais	87
6. A criação dos jesuítas	51	3. A cidadania	88
7. Os episódios contra a colonização portuguesa	55	4. A luta pela minoria	88
8. As mudanças no Brasil Santo no contexto do século XIX	54	5. As crianças	91
9. Uma constituição com portugueses	55	6. A questão do Plano Alimentar	95
10. O Brasil independente	56	7. O uso da terra	99
11. Como um país um novo país	56	8. Os conflitos pela terra no Espírito Santo	99
		9. A implementação de novas culturas e de novas atividades	100
		10. 500 anos depois - Os índios	106
		Glossário	108
		Símbolos oficiais do Estado do Espírito Santo	109
		Índice	110
		Letras Recomendadas	11
		Referências e Fontes	11

Fonte: Silva Filho (2011).

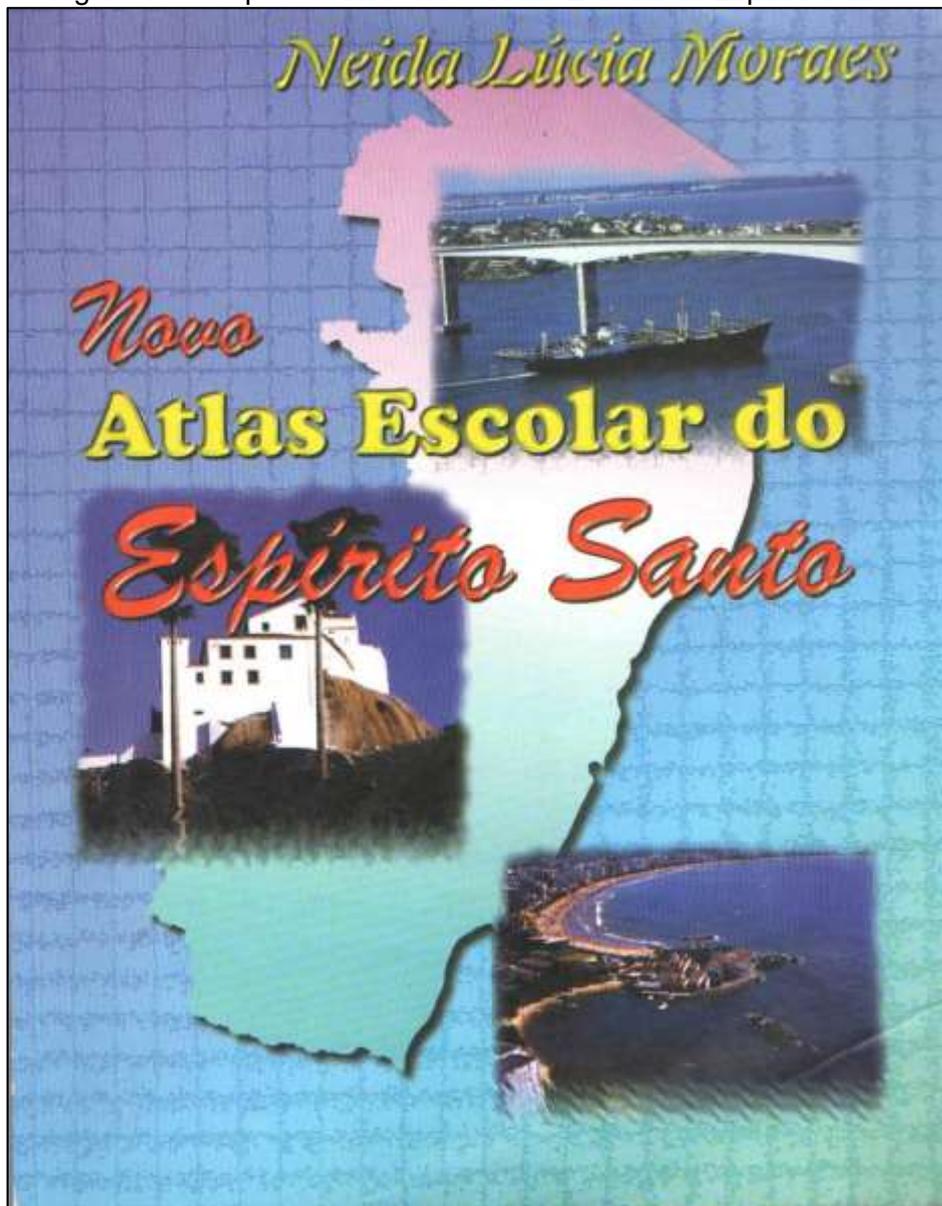
Tanto Rodrigues, Allochio e Pereira (2017) como Silva Filho (2011) sintetiza a produção da mandioca como hábito alimentar herdado dos povos nativos, utilizada também para a alimentação dos escravos nas grandes fazendas produtoras de açúcar. Nesse sentido, o autor afirma que

Entre os hábitos alimentares dos índios adotados pelos portugueses estava o consumo da mandioca, que era preparada da seguinte forma: a mandioca era descascada, ralada e depois introduzida em um tubo, feito de palhas trançadas, onde era pressionada para extrair o suco venenoso. A massa que sobrava era peneirada e levada ao fogo para torrar, produzindo-se depois a farinha de mandioca e o beiju, consumido até hoje em algumas regiões do Espírito Santo (SILVA FILHO, 2011, p. 29).

No entanto, ao compartilhar uma similaridade conteudista, essa obra não se empenha em contar a história da mandioca no Espírito Santo.

Por fim, o “Novo Atlas Escolar do Espírito Santo”, de Neida Lúcia Moraes, cuja capa encontra-se ilustrada na Figura 15, também foi utilizado como subsídio deste estudo. Apesar de o recurso pedagógico ter característica de material direcionado para a disciplina de Geografia, a autora diplomou-se em História.

Figura 15 – Capas do livro “Novo Atlas Escolar do Espírito Santo”



Fonte: Moraes (1997).

Observa-se que no sumário, ilustrado na Figura 16 a seguir, não há capítulos específicos para a atividade canavieira ou açucareira. Estas foram contempladas no subtítulo agricultura. Moraes (1997, p. 71) também considera o café como o principal item da economia desde 1812, quando ocorreu sua inserção em solo capixaba

Figura 16 – Índice do Livro Novo Atlas Escolar do Espírito Santo

Índice	
INTRODUÇÃO	5
BRASIL - REPÚBLICA FEDERATIVA.....	7
O ESPÍRITO SANTO NO BRASIL.....	8
REGIÃO SUDESTE.....	11
PARALELO TERRITORIAL.....	14
GRUPOS INDÍGENAS.....	18
COMO COMEÇOU O ESPÍRITO SANTO.....	21
POSIÇÃO DO SOLO.....	23
O PROCESSO COLONIZADOR.....	26
O ESPÍRITO SANTO DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA.....	29
IMIGRANTES EUROPEUS.....	32
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.....	34
GEOLOGIA.....	37
RELEVO I.....	40
RELEVO II.....	43
TEMPERATURA.....	45
CHUVAS.....	47
CLIMA.....	49
BACIAS HIDROGRÁFICAS.....	52
VEGETAÇÃO.....	54
RESERVAS E PARQUES.....	57
DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	59
MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO.....	61
MESORREGIÃO E MICRORREGIÃO.....	62
MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS.....	64
REGIÃO METROPOLITANA - GRANDE VITÓRIA.....	65
VITÓRIA - CAPITAL DO ESPÍRITO SANTO.....	68
AGRICULTURA.....	71
PECUÁRIA.....	75
PESCA.....	75
RECURSOS MINERAIS.....	76
INDÚSTRIAS.....	78
TELECOMUNICAÇÕES.....	82
ÁGUA.....	82
POTENCIAL ENERGÉTICO.....	82
TURISMO.....	85
RODOVIAS.....	88
FERROVIAS.....	91
SISTEMA PORTUÁRIO.....	94
CORREDOR CENTRO-LESTE.....	98
O NOVO ESPAÇO ECONÔMICO: MERCOSUL.....	99
SAÚDE.....	100
EDUCAÇÃO.....	106
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL.....	113
ÁREA DOS MUNICÍPIOS.....	114
POPULAÇÃO.....	117
BIBLIOGRAFIA.....	120

Fonte: Moraes (1997)

Além dessas atividades no século XIX, o Quadro 4 dispõe os produtos agrícolas considerados mais importantes no século XX, em 1996. Nesse período, a mandioca foi a quarta atividade de mais expressividade no Estado, superada apenas pela cana-de-açúcar, pelo café e pelo mamão. Esses dados se aproximam das informações dispostas na Figura 7 (IBGE, 2010), e também no Quadro 3, de Schayder (2002, p. 59), o qual coloca a mandioca entre os principais produtos agrícolas do Espírito Santo.

Seguem, então, a área cultivada, a produção e o rendimento médio dos principais produtos agrícolas no Estado do Espírito Santo, em 1996.

Quadro 4 – Principais produtos agrícolas do Espírito Santo

EXPLORAÇÃO	ÁREA(ha)	PRODUÇÃO(t)	UNIDADE	RENDIMENTO MÉDIO	UNIDADE DE RENDIMENTO
ABACATE	1.306	23.016	1.000 Frutos	17.623	Frutos/ha
ABACAXI	2.524	51.005	1.00 Frutos	20.208	Frutos/ha
ALHO	276	1.681	Tonelada	6.094	Kg/ha
ARROZ	18.481	57.210	Tonelada	3.096	Kg/ha
BANANA	28.933	26.522	1.000 Cachos	917	Cachos/ha
BATATA INGLESA	847	12.135	Tonelada	14.327	Kg/ha
CACAU	20.904	4.532	Tonelada	221	Kg/ha
CAFÉ	459.339	607.005	Tonelada	1.321	Kg/ha
CANA-DE-AÇÚCAR	43.847	2.495.163	Tonelada	56.906	Kg/ha
COCO	2.415	22.679	1.00 Frutos	9.391	Frutos/ha
FELJÃO	43.402	34.489	Tonelada	795	Kg/ha
LARANJA	2.694	171.357	1.000 Frutos	64.609	Frutos/ha
MAMÃO	6.481	416.371	1.000 Frutos	64.245	Frutos/ha
MANDIOCA	17.211	288.919	Tonelada	16.769	Kg/ha
MILHO	91.373	212.304	Tonelada	2.279	Kg/ha
PIMENTA-DO-REINO	1.470	2.897	1000M ³	1.971	Kg/ha
SIVICULTURA	33.802	8.637	Tonelada	255	M/ha
TOMATE	1.637	93.845	Tonelada	57.327	Kg/ha

Fonte: Moraes (1997, p. 71-74).

Apesar de não descrever o contexto histórico da produção de mandioca, Moraes (1997, p.74) reconhece tanto o potencial desse produto agrícola no Espírito Santo quanto o da cana e do café, ao expor que:

A primeira cultura organizada no Espírito Santo foi a cana-de-açúcar, que representou mesmo um incentivo para a conquista e colonização da terra. No entanto, em face de todos os problemas enfrentados, além da proibição rigorosa de abertura de estradas durante todo o ciclo de ouro, a cultura canieira não progrediu. A cultura do algodão surgiu no final do século XVI e progrediu durante todo o século XVII, quase atingindo o prestígio do açúcar. Veio depois a mandioca, que foi a mola propulsora da colonização do norte do estado. No ano de 1827, a mandioca teve sua época de fastígio. (MORAES, 1997, p.74)

A produção da mandioca em São Mateus foi de extrema importância para a ocupação e o desenvolvimento socioeconômico do norte do Espírito Santo. Além disso, esse produto agrícola exerceu um papel fundamental ao ser alimento de subsistência não só da Província Capixaba, mas também de outras províncias brasileiras como Bahia e Rio de Janeiro. Portanto, é fundamental trabalhar melhor essa parte da História e Geografia do Estado nos livros didáticos do Ensino Fundamental, evitando-se, assim, o cerceamento do conhecimento acerca da cultura capixaba.

4.1 PROPOSTA DE CONTEÚDO COMPLEMENTAR

Esta seção objetiva oferecer suporte aos professores regentes do Ensino Fundamental das séries iniciais com conteúdos de História e Geografia local, a fim de contribuir para a continuidade do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes sobre a identidade histórico-cultural do Espírito Santo.

A proposta de conteúdo complementar surgiu em decorrência do diagnóstico realizado nos livros didáticos de Geografia e História dos 4º e 5º anos. Por meio dele constatou-se que a atividade econômica da mandioca realizada na região norte do Espírito Santo não é contemplada com a riqueza de detalhes sobre os povos que a cultivavam, tampouco destaca a importância dessa atividade para a sobrevivência da população no período colonial.

Portanto, esta unidade didática pretende mostrar a importância econômica, histórica e cultural da mandioca durante o processo de constituição do estado do Espírito Santo, enfatizando também que, ao longo dos tempos, esse produto, além de permanecer inserido em nossos hábitos alimentares, permanece como fonte de renda de muitas famílias.

Para alcançar esse objetivo foram utilizados textos informativos, mapas, tabelas, reportagens jornalísticas e receitas culinárias que, além de fazer parte do cotidiano dos alunos, possibilitam estabelecer relações entre o concreto e o abstrato.

A proposta possibilita realizar trabalhos pedagógicos interdisciplinares entre Ciências Humanas e Ciências, por meio de um projeto sobre alimentação saudável ou, até mesmo, com Língua Portuguesa, por meio da exploração da oratória dos alunos com incentivo à prática da leitura e de relatos de seus hábitos alimentares; interpretação textual, de forma a favorecer o contato direto das crianças com textos reais.

Outra possibilidade consiste em elaborar uma sequência didática em parceria com Matemática. Isso porque, após aprender a trajetória histórico-cultural da mandioca, o trabalho com as receitas culinárias apresenta-se como uma alternativa dinâmica, divertida e saborosa para reforçar o entendimento de conteúdos matemáticos, como

fração, números decimais, unidades de medidas de massa e sistema monetário brasileiro.

Por fim, cabe a nós, como professores, justificar por intermédio da história, a necessidade de conhecer nossas tradições culturais para compreender, respeitar e valorizar a identidade, a própria história e a história do povo capixaba.

4.1.1 Mandioca: o pão nosso de cada dia

Planta nativa da América do Sul, a mandioca era o principal produto agrícola dos povos indígenas. Com o advento da colonização europeia, o produto foi disseminado para os demais continentes durante o período colonial. Considerado um dos alimentos mais consumidos no mundo, principalmente nas regiões tropicais, caracteriza-se pela facilidade de se adaptar em áreas onde as condições climáticas e solos são desfavoráveis, como escassez de água e solos pobres em nutrientes.

Hábito alimentar adquirido dos povos indígenas, o consumo dessa raiz se tornou componente popular na mesa brasileira desde o início da colonização, podendo ser preparada de diversas maneiras. Embora a maior parte da produção de mandioca seja destinada à fabricação da farinha, existem outros produtos derivados, como o amido, a base da tapioca e do polvilho. Esses ingredientes são largamente utilizados na fabricação de biscoitos, beijus e bolos. Atualmente, é empregada também como matéria-prima na indústria têxtil, farmacêutica, química e de rações para animais.

Com técnicas de cultivo bastante rudimentares, os saberes que envolvem essa agricultura milenar foram transmitidos de geração para geração. Muitas tradições culturais também envolvem essa atividade agrícola, como mitos indígenas, ditados populares⁴ e cantigas. Os ditados populares, por exemplo, eram utilizados em associações com a abundância, a escassez, a crítica social e a definição de pessoas.

⁴ Alguns exemplos de ditados populares:

“Aquela conversa está rendendo como a mandioca na várzea”; “Tem gente que só farinha”; “Sem farinha ninguém trabalha”; “Farinha pouca, meu pirão primeiro”; “Pirão pouco, meu bocado grande”; “Sem pirão não há eleição”; “Aquilo é farinha ruim”; “Debaixo da farinha tem carne”; “Farinha do mesmo saco”.

Segundo Maria Dina Nogueira Pinto (2002, p.7), a mandioca é agricultada de norte a sul do país, o baixo custo da produção permite seu cultivo pela população mais pobre, da qual constitui alimento básico, sendo, por isso, chamada “pão de pobre”. Nesse tipo de lavoura a mão de obra provém dos próprios membros da família, que tem como objetivo principal a subsistência, conforme descreve Henrique Ataíde da Silva.

Assim, nos apoiamos em dois pontos principais: o destino da produção e as transformações no grau de envolvimento com a sociedade envolvente. No que diz respeito à produção, esta se destina, principalmente, para a subsistência do grupo familiar, suas necessidades materiais. Na produção voltada primordialmente para a subsistência, a família tem um papel essencial, uma vez que a lógica usada na produção é o autoconsumo do grupo. Portanto, o envolvimento da família nas atividades produtivas é garantia da subsistência. Porém, mesmo sendo o grupo familiar o principal destino da produção camponesa ela não exclui a produção de um eventual excedente destinado a “trocas” por produtos que eles não produzem. (SILVA, 2008, p.30)

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 2014 o Brasil alcançou uma produtividade de cerca de 23,24 milhões de toneladas, ocupando o quarto lugar no ranking dos maiores produtores mundiais, sendo superado apenas pela Nigéria, Tailândia e Indonésia, conforme demonstra a Tabela 2 a seguir.

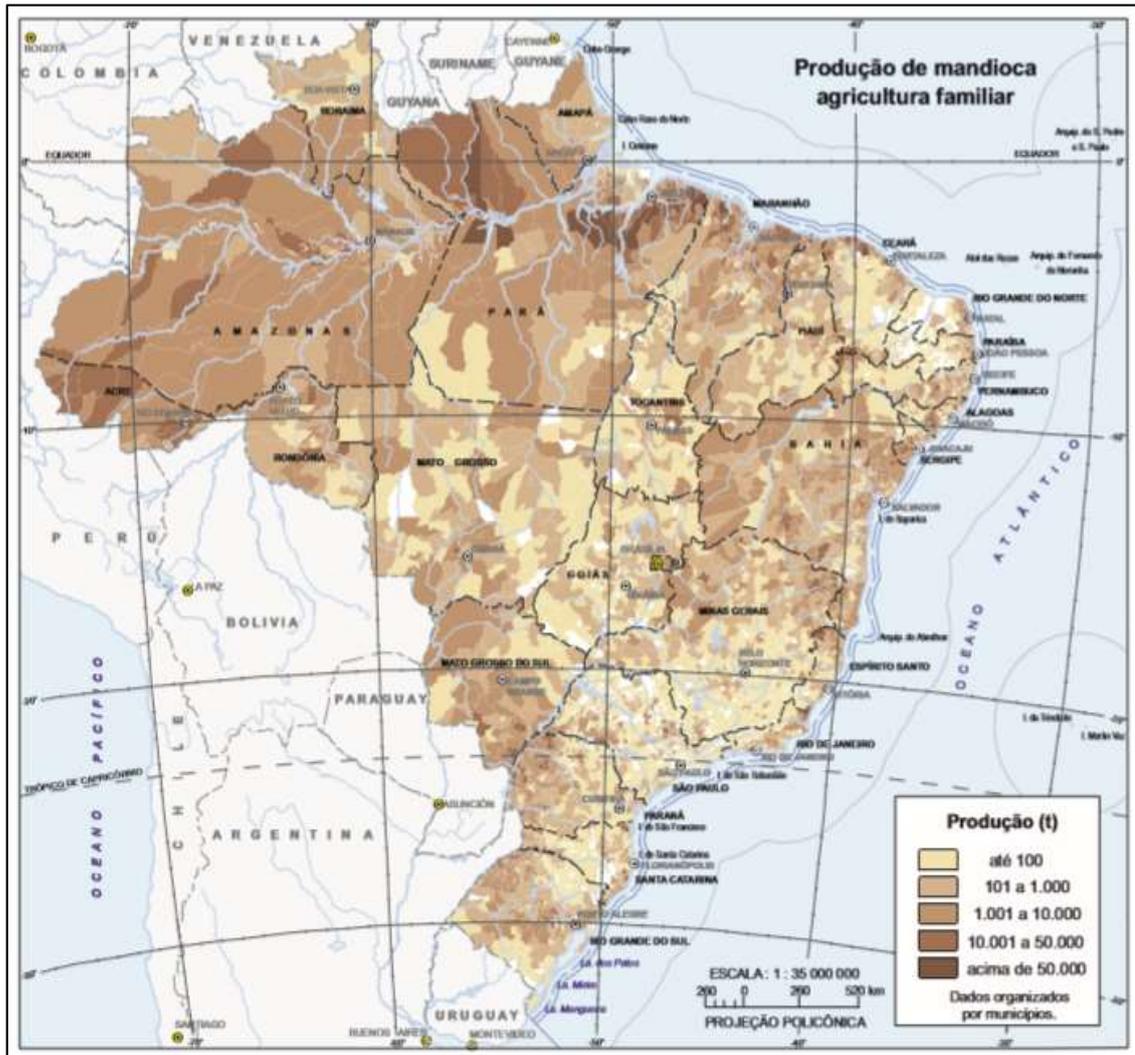
Tabela 2 – Produção mundial de raiz de mandioca no ano de 2014

País	Produção (milhões de t)	Área colhida (milhões de ha)	Produtividade média (t/ha)
 Nigéria	54,83	7,10	7,72
 Tailândia	30,02	1,35	22,26
 Indonésia	23,44	1,00	23,36
 Brasil	23,24	1,57	14,83
 Congo	16,61	2,06	8,08
 Gana	16,52	0,89	18,59
 Outros países	105,61	10,26	10,99
Total	270,28	24,23	11,16

Fonte: FAO

Outros estados brasileiros também cultivam a mandioca, conforme mostra o mapa ilustrado na Figura 17. Nota-se que a atividade agrícola está diretamente associada à agricultura familiar. As áreas de maior concentração de terras cultivadas encontram-se nas regiões brasileiras Norte e Nordeste, sendo elas as responsáveis por 61,70% da produção nacional.

Figura 17 – Mapa de Produção de Mandioca/ Agricultura familiar



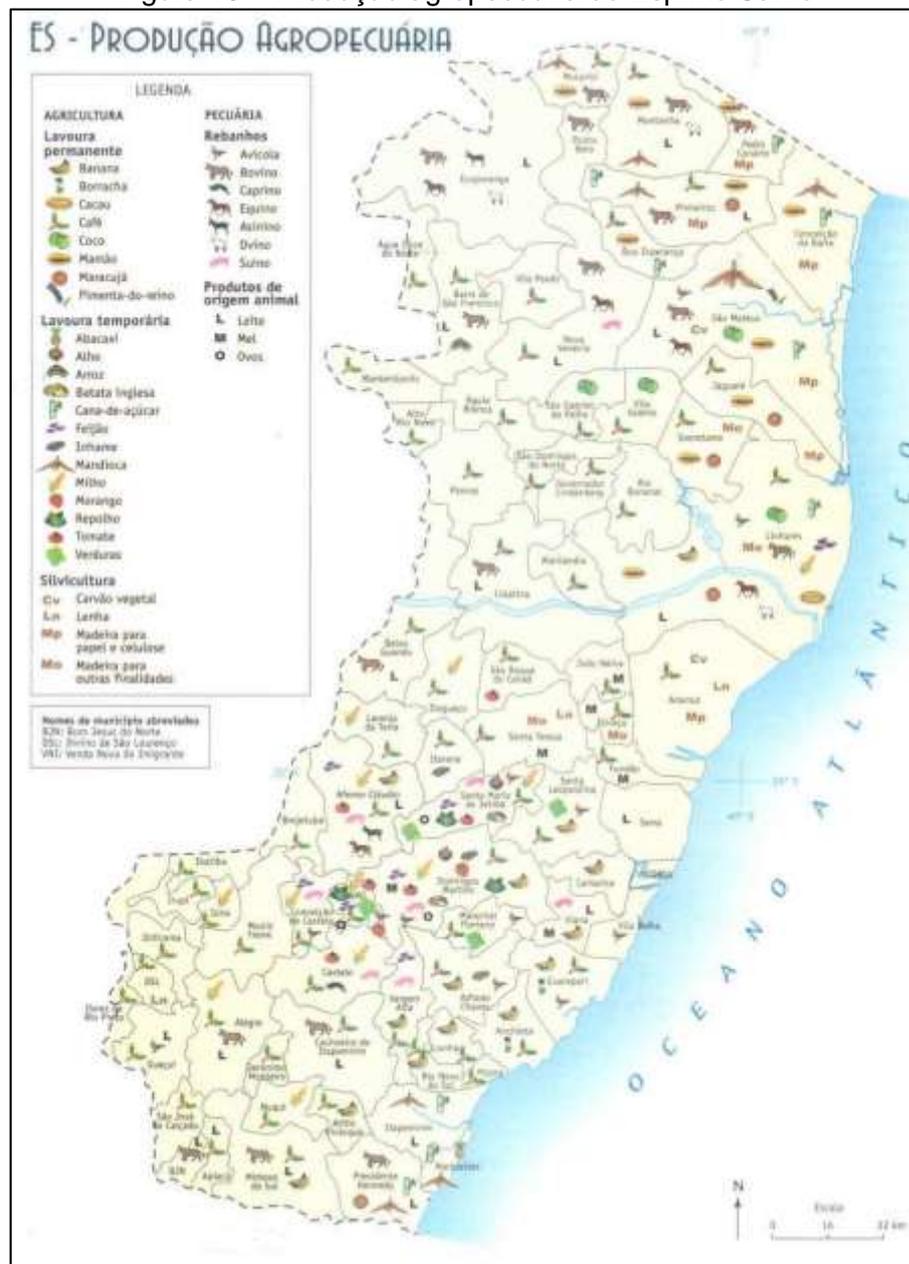
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Na região norte Espírito Santo, principalmente a cidade de São Mateus, concentrou a maior produção de mandioca desde a chegada dos primeiros colonizadores portugueses por volta de 1544. De acordo com Maria do Carmo de Oliveira Russo (2011), a farinha de mandioca consistia a base da alimentação da população capixaba durante os períodos imperial e provincial.

Durante todo o período imperial São Mateus é considerado o maior produtor de farinha de mandioca da Província do Espírito Santo e também um dos mais importantes da costa brasileira. O porto exercia a função de entreposto natural da produção regional destinada a Vitória, ao comércio com a Bahia e à capital da Colônia (instalada no Rio de Janeiro desde 1763); RUSSO (2011, 2011, p. 24).

O mapa, ilustrado na Figura 18 a seguir, contém os municípios produtores de mandioca no Espírito Santo.

Figura 18 – Produção agropecuária do Espírito Santo



Fonte: Mapa adaptado - Girard (2011)

As tradicionais casas de farinha permanecem como a principal fonte de renda dos descendentes de negros em São Mateus. Ainda hoje, muitas famílias mantêm o ofício

herdado dos antepassados, que vieram da África como escravos para trabalhar nas lavouras e produzir farinha de mandioca.

No Estado do Espírito Santo foram colhidas 122.926 toneladas de raízes na safra de 2016. Seu cultivo está ligado às tradições da agricultura familiar, sendo cultivada em 80% das 84 mil propriedades rurais, onde a agricultura familiar responde por cerca de 44% da riqueza produzida no meio rural capixaba e, gera 202 mil postos de trabalho (CONAB, 2017).

Devido à sua importância na geração de renda, a Embrapa⁵ tem desenvolvido estratégias de melhoramento genético, com o objetivo de aumentar a produtividade e renda das famílias de agricultores. Para tanto, é preciso utilizar insumos agrícolas melhorados geneticamente.

No estado do Espírito Santo, a mandioca é cultivada principalmente na região norte litorânea. Encontra-se entre os principais produtos da agropecuária de municípios como Conceição da Barra, São Mateus, Montanha, Pinheiros e Mucurici conforme o mapa representado na Figura 18. A Figura 19 a seguir mostra a folhagem e a raiz da mandioca.

Figura 19 – Folhagem e raiz da mandioca



Fonte: Pesquisadora, (2018)

⁵ A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada em 26 de abril de 1973 e atua na inovação tecnológica focada na geração de conhecimento e tecnologia para agropecuária nacional. Site: <https://www.embrapa.br>.

As evidências históricas do intenso comércio realizado durante o período colonial permanecem vivas em São Mateus. O Sítio Histórico Porto de São Mateus, (Figura 20) é formado por 33 casarões construídos nos séculos XVIII a XXI. O Porto reflete a importância da cidade mateense no século XIX devido ao comércio de escravos, exportação de farinha, café, açúcar e madeira.

Figura 20 – Sítio Histórico do Porto de São Mateus



Fonte: São Mateus (2018).

Portanto, o cultivo da mandioca⁶ vai além de uma atividade econômica, ela perpassa a identidade histórica e sociocultural de um lugar, de um povo. Isso atribui ao produto uma posição singular em relação às demais atividades agrícolas praticadas no Espírito Santo. Uma vez que, além de servir de alimento de subsistência para a população, assegurou a manutenção das tradições culturais de seus agricultores ao longo das décadas, possibilitando tanto à geração atual como à geração futura estudar, conhecer e se reconhecer pertencente à História e Geografia local.

4.1.2 Receitas

Várias receitas utilizam a mandioca ou seus derivados como ingrediente durante sua preparação como, por exemplo, o bolo de aipim, o biscoito de polvilho e o caldo de pinto.

⁶ Segundo a Embrapa existem cerca de 250 variedades de mandioca. Ela também é conhecida como aipim ou macaxeira.

4.1.2.1 Bolo de mandioca

Ingredientes

1,5 kg de mandioca (ou aipim) ralado	1 pitada de sal
3 ovos inteiros	1 coco pequeno ralado (ou 100 g de coco ralado industrializado)
3 xícaras de leite	6 gotas de baunilha (opcional)
3 xícaras de açúcar	papel-toalha
2 colheres de sopa de margarina ou manteiga	

Modo de Preparo

1. Misture todos os ingredientes em uma bacia grande com a ajuda de uma colher de pau.
2. Leve para assar em forma retangular untada (utilize manteiga para untar e uma folha de papel-toalha para te ajudar), por aproximadamente 45min em forno previamente aquecido a 180°C.

Figura 21 – Ilustração de um bolo de mandioca



Fonte: Pesquisadora, (2018)

4.1.2.2 Biscoito de polvilho frito

Ingredientes

1/2 kg de polvilho
 1/2 copo de óleo
 1/2 copo de leite
 3 ovos
 Sal a gosto

Modo de Preparo

1. Reserve o polvilho em um refratário.
2. Leve ao fogo em uma panela o óleo e o leite até ferver.
3. Jogue por cima do polvilho, acrescente os ovos e por último, o sal e mexa até conseguir uma massa consistente.
4. Enrole os biscoitos em formato de oito, de palitos ou círculos, e frite em óleo bem quente.

Após seguir todos os procedimentos descritos no modo de preparo, o Biscoito de Polvilho Frito deverá ficar semelhante ao apresentado na Figura 22.

Figura 22 – Ilustração do Biscoito de Polvilho



Fonte: Pesquisadora, (2018)

4.1.2.3 Caldo de pinto

Ingredientes

1 kg de mandioca cozida
 1/2 kg de peito de frango cozido com um pouco de colorau e desfiado
 1 cebola de cabeça batidinha
 2 cubos de caldo de galinha

4 colheres de sopa de óleo
 3 dentes de alho laminados
 Sal e pimenta do reino e cheiro verde a gosto

Modo de Preparo

1. Bata a mandioca com a própria água do cozimento no liquidificador e reserve.
2. Refogue a cebola e o alho até dourar, acrescente o colorau, o caldo de galinha e o frango desfiado.

3. Misture bem.
4. Despeje o caldo sobre o refogado, misture, acrescente o sal e pimenta a gosto.
5. Deixe levantar fervura e sirva a seguir.
6. Salpique cheiro verde.

Após os procedimentos descritos no modo de preparo, o Caldo de Pinto deverá ficar semelhante ao apresentado na Figura 23.

Figura 23 – Ilustração do Caldo de Pinto



Fonte: Pesquisadora, (2018)

4.1.3 Textos complementares

4.1.3.1 Texto 1:

Economia Criativa: Comunidades quilombolas mantêm a tradição e garantem renda extra com a produção de beiju

*Publicado por: SECULT - Secretaria de Estado da Cultura
- 27/11/2015 12h32 - Atualizado em 05/01/2017 15h22*

O beiju, delícia feita com a fécula extraída da mandioca, é um dos atrativos da cidade de São Mateus, localizada no norte do Espírito Santo, bem como uma garantia de renda extra para muitas famílias descendentes de quilombolas. Na Figura 24 a seguir há uma ilustração da produção de beiju e farinha.

Figura 24 – Produção de beiju e farinha



Fonte: Divulgação/Secretaria de Agricultura de São Mateus

O farinheiro e beijuzeiro Domingos da Penha, morador da comunidade de Divino Espírito Santo, exerce o ofício há mais de 40 anos. Aprendeu com os pais e já transmitiu o saber para seus filhos, que o ajudam na produção. Ele explica que vem da venda do beiju a maior parte da renda familiar. Em sua comunidade, pioneira na produção de beiju, cerca de 40% das famílias movimentam a economia baseada nessa tradição.

Atualmente, seu ponto de venda é a feira do município, mas, visando ampliar a produção e, conseqüentemente, o lucro, Domingos da Penha está tirando toda a documentação necessária para que seja um fornecedor formal. “Vendendo beiju artesanal eu garanto uma vida melhor para a minha família e mantenho a tradição aprendida com meus pais”, declarou.

Segredos

No trabalho, Domingos da Penha conta com uma ajudante muito especial: a esposa Maria do Carmo. Ela nasceu e cresceu na mesma região onde os dois moram com o pai dele, fazendo tapioca e farinha de mandioca. Ao casar, passou a se dedicar ao ofício do marido e, desde então, sua atenção total direciona-se à produção do beiju.

Maria do Carmo disse que não há nenhum segredo para o sucesso do beiju feito por sua família. “Mas não abrimos mão da higiene do local em que trabalhamos. Temos muito cuidado com a goma, desde a hora de fazê-la, até quando entregamos nas mãos dos consumidores. Acredito que esse cuidado é reconhecido e, por isso, é que

muitos clientes acabam voltando para comprar nosso produto, especialmente os turistas”.

Alavancando as vendas

A família de Domingos da Penha e de outros que incrementam a renda com a venda do beiju aguardam, com ansiedade, o ‘Festival do Beiju’, que integra o calendário cultural do Espírito Santo e acontece anualmente com o objetivo de incentivar as práticas culturais quilombolas. “Nessa festa, muita gente vende uma quantidade considerável. Também conhecemos novas pessoas, que acabam virando nossos clientes”, garante o farinheiro.

Outra vitrine para o trabalho dos beijuzeiros é o ‘Circuito do Beiju’, projeto da Secretaria de Turismo de São Mateus, que possibilita ao visitante acompanhar a confecção do alimento e, claro, degustá-lo. O circuito é formado pelas comunidades de descendentes de quilombos: Divino Espírito Santo, Santa Luzia e Bom Pastor.

Quilombolas e o beiju

A tradição de fazer o beiju nas comunidades quilombolas passa de geração a geração, entre mulheres, homens e crianças, visando preservar e lembrar suas raízes. Para eles, a importância do beiju vai além do alimento ou fonte de renda: é um símbolo de resistência.

A produção do beiju nas casas de farinha é sempre feita de forma coletiva e, ao final, reparte-se com quem ajudou, sendo o restante destinado às feiras para comercialização. Os saberes e fazeres acumulados pelos mais velhos das comunidades quilombolas é fundamental, principalmente, por causa das variedades mais conhecidas como beiju de lenço, beiju de massa, beiju de roda, beiju de caroço, beiju de coco, beiju de amendoim e outras.

Fonte: Disponível em: <https://secult.es.gov.br/economia-criativa-comunidades-quilombolas-man>. Acessado em: 14 out. 2018.

4.1.3.2 Texto 2: Santa Leopoldina é destaque na comercialização de mandioca

Publicado por Governo ES - 25/08/2016 16h00 - Atualizado em 25/08/2016 15h59

A mandioca (popularmente conhecida como aipim), representada na Figura 25, é um alimento tradicionalmente encontrado na mesa dos capixabas. Usado para o preparo de bolos, biscoitos ou até como ração de animais, a comercialização do tubérculo é destaque em Santa Leopoldina. De acordo com os dados das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (Ceasa-ES), no primeiro semestre de 2016, o município foi responsável por 40,16% na oferta da raiz no Estado.

Figura 25 – Ilustração do cultivo ao consumo da mandioca



Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo

Nos primeiros meses de 2016 circularam no mercado da Ceasa/ES, aproximadamente, 3,2 milhões de quilos de mandioca, sendo que cerca de 1,3 milhões de quilos do produto é oriundo de Santa Leopoldina. Com um preço acessível ao consumidor, o quilo do alimento era vendido a R\$1,13.

Ao produzir mandioca há mais de 40 anos, o produtor Ivan Facco, de Santa Leopoldina, diz que o produto é garantia de uma boa renda. “É o produto que eu mais planto, pois não tenho muito custo na produção, que só envolve adubagem e uso de pouca água. Após um período de seis a oito meses já podemos colher as raízes. Além disso, é um produto que tem bastante saída no mercado”, conta o produtor.

O extensionista do Incaper, João Paulo Ramos, salientou que, diante da crise hídrica enfrentada pelo Espírito Santo, o aipim é uma cultura resistente ao déficit de água, demanda pouca mão de obra, além de apresentar baixo custo de produção.

Atualmente, Santa Leopoldina tem uma produção média de 4 milhões quilos de mandioca por ano. O município possui cerca de 250 hectares por ano, incluindo 16 toneladas de mandioca em cada um. A atividade envolve mais de 200 famílias de agricultores familiares responsáveis pela cultura, além de gerar empregos diretos e indiretos. Aproximadamente 800 pessoas estão envolvidas com a atividade, desde o plantio até a fase de comercialização. No município, as variedades de mandioca mais cultivadas são a Verdim, a Manteiga-branca, a Cacau e a Manteiga. “Levando em conta que a mandioca é a principal fonte de renda do município, devemos intensificar as pesquisas voltadas para o controle de pragas e doenças, bem como a criação de novas variedades para a região”, sugeriu o extensionista João Paulo Ramos.

Saúde

A mandioca é rica em fibras e isso produz saciedade, sendo, portanto, uma ótima opção para uma dieta de perda de peso. O tubérculo também possui outras variedades de substâncias benéficas para a saúde como o potássio, que age como regulador dos estímulos elétricos do coração; o folato, que auxilia na manutenção da saúde da pele e dos cabelos; e uma grande quantidade de vitamina C, que atua como antioxidante natural importante, auxiliando na prevenção de doenças do coração e câncer.

Segundo a nutricionista Mayara Magalhães, a raiz possui substâncias que auxiliam no tratamento da depressão e do bem-estar emocional. “A mandioca aumenta os níveis de serotonina, neurotransmissor que age nas regiões do cérebro responsáveis pela sensação de prazer e felicidade. Com isso, o organismo sente menos o efeito do estresse do dia a dia, com uma sensação maior de alegria e bem-estar. Além disso, as fibras presentes no aipim ajudam a regular o funcionamento do intestino, no qual boa parte da serotonina é produzida”, explicou a nutricionista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de décadas, é possível observar que as mudanças ocorridas na historiografia econômica brasileira descrita nos livros didáticos conduziram a uma valorização dos estudos sobre as especificidades de apenas parte das atividades econômicas e das sociedades existentes nas diversas regiões brasileiras e, no Espírito Santo, não foi diferente.

Com isso, algumas comunidades e atividades agrícolas foram relegadas. A partir do momento em que se desenvolveu um novo olhar sobre os personagens que participaram da construção socioeconômica, histórico-cultural dos espaços geográficos, a escravidão se tornou tema de estudos, considerando-se as peculiaridades de cada região e se pautando nos acervos documentais de época.

Assim, foi nessa direção que esta pesquisa intentou se enquadrar, ao abordar a região norte capixaba, principalmente a cidade de São Mateus. Nela, a mão de obra escrava foi propulsora no desenvolvimento do cultivo da mandioca, atividade de grande relevância no período colonial não só para a Capitania Capixaba, mas também para as províncias vizinhas, como Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro.

Diante dessa conjuntura socioeconômica e demográfica, cuja inserção do negro foi fundamental para estruturar as forças produtivas agrárias da região e também a ausência da temática nos livros didáticos de Geografia e História do Espírito Santo, pretendeu-se no primeiro capítulo destacar a importância dos manuais pedagógicos no processo formativo dos estudantes. Ressaltando que a visão europeizada contida nos livros disponíveis e a limitada bibliografia existente retira do discente o direito de conhecer a história do seu povo, conseqüentemente, sua história, sua cultura.

Na segunda parte deste estudo procuramos reunir informações visando fornecer dados sobre o panorama da economia do Espírito Santo durante o período colonial, com foco em São Mateus. Buscou-se evidenciar que, apesar das obras didáticas priorizarem a agricultura da cana-de-açúcar e do café, o cultivo da mandioca teve grande expressividade em solo capixaba. Tornou-se o produto destinado a sustentar

a população local, além de abastecer navios negreiros e ser utilizado como moeda de troca por africanos escravizados.

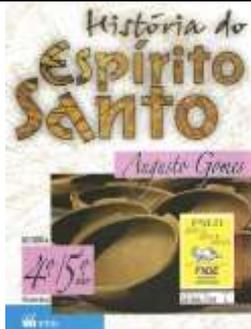
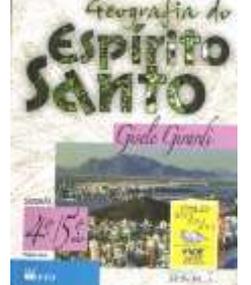
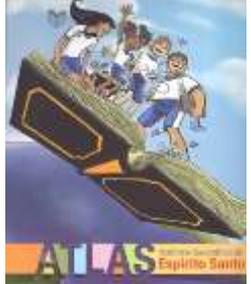
Ao finalizar as abordagens desses tópicos, constatou-se que os livros didáticos de Geografia e História propostos para o 4º e 5º anos do Ensino Fundamental precarizam o conteúdo da economia do Espírito Santo ao privilegiar temáticas que valorizam a ideologia do colonizador em detrimento do colonizado.

Perante tais fatos, verificou-se que, no universo de 11 obras analisadas, 9% não incluem nenhuma informação sobre a produção da mandioca e sua farinha, 27% relacionam essa produção apenas como traço cultural herdado dos povos indígenas, atendo-se em localizar geograficamente sua ocorrência, 55% mencionam o cultivo de mandioca, todavia, sem aprofundar a importância histórico-econômica da atividade. Somente 9% inserem a mandioca no grupo das principais atividades agrícolas do Espírito Santo. Além disso, nos livros avaliados, os autores são unânimes em considerar a agricultura canavieira e a cafeeira como as principais atividades econômicas do Espírito Santo no período provincial.

Para esclarecer, no Quadro 5 encontra-se estruturada uma síntese de como esses autores abordam o cultivo de mandioca e a produção de farinha em cada obra.

Quadro 5 - Síntese de abordagem do tema

Capa	Título ou Coleção	Autor(es)	Ano/Série	Forma de abordagem
	História do Espírito Santo: Uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002	José Pontes Schayder	2002	Apresenta a farinha de mandioca como sendo um dos principais produtos de exportação pelo porto de São Mateus entre 1873 a 1886
	Nosso Estado - O Espírito Santo: História do Espírito Santo para o Ensino Fundamental	Luís Guilherme Santos Neves, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Renato José Costa Pacheco	2001/2004	Menciona a produção de mandioca, todavia, não está entre os principais produtos agrícolas do período analisado.

	História do Espírito Santo	Augusto Gomes	2008/2011 5ª 4º/5º	Referência a mandioca como influência cultural indígena.
	História do Espírito Santo	Regina Rodrigues Hees; Sebastião Pimentel Franco	2010 4º/5º	Menciona a produção de mandioca e importância da cidade de São Mateus durante o período provincial
	Novo Atlas do Espírito Santo	Neida Lúcia Morais	1997	Inclui a mandioca como uma das atividades agrícolas, além de impulsionar a colonização do norte do Espírito Santo.
	Geografia do Espírito Santo	Gisele Girardi	2008/2011 5ª 4º/5º	Referência a mandioca como influência cultural indígena, localizando geograficamente a área de ocorrência.
	Atlas Histórico-Geográfico do Espírito Santo	-	2011	Não houve citação à produção de mandioca
	Histórias, descobrimentos e aventuras: História e Geografia do Espírito Santo	Maria Isabel de Fraga Rodrigues, Inácio José Zucolotto Allochio, Flávio Marcelo Pereira	2017 4º	Referência a mandioca como influência cultural indígena.

Portanto, os resultados demonstram que os livros didáticos de Geografia e História do Espírito Santo não se enquadram dentro da perspectiva das diretrizes curriculares estabelecidas tanto nos PCN dessas disciplinas quanto no Currículo Básico Comum da rede estadual do Espírito Santo.

Assim, este estudo traz uma contribuição no sentido de repensar o Programa Nacional do Livro Didático relacionado aos critérios de avaliação e aprovação dos títulos. Pretende também provocar inquietude no pesquisador-autor dos livros didáticos, oriundo de universidades e que permanece (ora como pesquisador ora como docente) imerso no processo de novas descobertas que respaldam o tema aqui trabalhado. Entretanto, os autores dos livros didáticos não ratificam em suas produções didáticas os resultados de pesquisas que poderiam potencializar o acesso ao conhecimento da real história local de seu povo para os alunos.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) passou por profundas transformações ao longo do tempo, todavia, apesar dos avanços, esse material permanece sendo um recurso carregado de ideologia, ausente de neutralidade e escrito para privilegiar a visão do colonizador sobre o colonizado.

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de promover mudanças estruturantes em todas as etapas, isto é, desde a triagem dos fascículos que compõem o guia didático até a escolha dos livros-textos. E, até mesmo, nos critérios estabelecidos pelo programa, visando a produção de recursos didáticos pedagógicos que contribuam de fato para melhorar efetivamente a educação pública brasileira.

Entretanto, não se deve esperar que o livro didático, por si só, melhore a qualidade da educação básica nas unidades escolares de ensino público. Na busca por construir uma educação pública transformadora, um dos pontos de atenção entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem é o professor.

Nesse sentido, repensar, reorganizar e redefinir as políticas públicas voltadas para a educação é imprescindível. O segundo ponto de atenção elencado neste estudo consiste na inconsistência entre as próprias políticas públicas PNLD e PCN. Sendo assim, o conteúdo delimitado para determinada série no PCN não se encontra

contemplado no livro didático, exemplo disso, a História e a Geografia local. Entretanto, mesmo assim são aprovados nas avaliações de triagem realizadas pelos técnicos do FNDE durante a escolha dos livros que compõem o guia didático.

A partir deste ponto, reforça-se a necessidade de capacitar os professores não somente com a formação continuada, bem como ter um olhar cuidadoso e reflexivo desde os cursos de formação inicial dos docentes, que devem preparar esses profissionais da educação para serem capazes de identificar as limitações do livro didático e de criar ações em consonância com as necessidades de seus alunos. Esses recursos não são receitas de bolo que precisam ser rigorosamente seguidos. Contudo, isso pode se tornar possível se a formação do professor oferecer a ele condições de perceber lacunas, bem como criar alternativas para promover o aprendizado dos estudantes.

Pelo exposto, vale ressaltar que, esta pesquisa não esgota as reflexões propostas. Consciente da limitação desse tipo de trabalho, o objetivo foi dar embasamento a futuras análises, de forma a contribuir para o surgimento de outras, apontando direções que possam subsidiar novos trabalhos.

6 REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. p. 383-417.

ANDRADE, E. R. de. **A Autoria e a função-autor no livro didático**. Quaestio - Revista de Estudos em Educação, [S.l.], v. 5, n. 2, p. p. 75-90, fev. 2013. ISSN 2177-5796. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/1364/1349>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

APPLE, Michael W. Cultura e comércio dos livros. In: _____. Trabalho docente e textos: economia política das relações e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 81-105.

BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). Educação e Pesquisa, v. 30, n. 3, p.475-491, set./dez. 2004a.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória, ES: Multiplicidade, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Programa Nacional do Livro Didático: Histórico. 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>> Acesso em: 29 set. 2018.

CALIMAN, Orlando. Formação Econômica do Espírito Santo: de Fragmentos do Período Colonial à Busca de um Projeto de Desenvolvimento. mai./ago. 2012 v.1 n.2 p. 37-63. Disponível em: < www.rigs.ufba.br>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CARVALHO, Enaile Flauzina. Redes Mercantis: A participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790 a 1821). Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo – SECULT, 2010.

CÔGO, Ana Lúcia. História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

FERLINI, Vera Lúcia. Terra, trabalho e poder. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

FERREIRA, Simone Batista, Donos do lugar: a geo-geografia negra e camponesa do sapê do norte - ES. Revista Geografares, nº 8. 2010

FERREIRA, Simone Raquel Batista. “Donos do lugar”: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. 513 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2009. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. O livro didático em questão. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, E. L. de A.. Manual de pesquisa qualitativa. Belo Horizonte, Centro Universitário UNA, 2014.

MOREIRA, Thais H.L.; PERRONE, Adriano. História e Geografia do Espírito Santo. 5. ed. Vitória:[s.n.], 2003.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. A política do livro didático. São Paulo: Summus; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1984.

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 3 ed. Vitória: Arquivo Público Do Estado Do Espírito Santo: Secretaria De Estado Da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do estado do Espírito Santo. 3 ed. Vitória, ES: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. A Construção Nacional (1830-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 179-223. Coleção História do Brasil Nação (1808-2010) v. 2

PCNs. B823p Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.166p

ROJO, Roxane; BATISTA, Antonio Augusto Gomes. Apresentação – Cultura da escrita e livro escolar: propostas para o letramento das camadas populares no Brasil. In: ROJO, Roxane; BATISTA, Antonio Augusto Gomes. Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2003, p.7-24.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. A Escravidão em São Mateus/ES: Economia e Demografia (1848 -1888). 2011. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de SÃO Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. Geo Uerj. Rio de Janeiro. 2008.

RIBEIRO, Jonatas Roque. HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA: Perspectivas e abordagens. Educação em Foco, Campinas. 2013, p. 1-7.

SCHÜLER, Donaldo. Heráclito e seu (Dis)Curso. Porto Alegre: L&Pm, 2000.

SILVA, Ana Célia da. A discriminação do negro no livro didático. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? Estratégias do Banco Mundial. TOMMASI, Livia De; WARDE. Mirian Jorge. HADDAD. Sérgio. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007. O Banco Mundial e as políticas educacionais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. Memórias Estatísticas da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.

WITZEL, Denise Gabriel. Identidade e livro didático: movimentos identitários do professor de Língua Portuguesa. Maringá, 2002. 181 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá.

7 REFERÊNCIAS DA PROPOSTA DE CONTEÚDO COMPLEMENTAR

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. p.777. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf> Acesso em: 13 out. 2018.

Disponível em <http://www.matematicaindustrial.saomateus.ufes.br/saomateus>
Acesso em: 14 out. 2018.

Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/05/descendentes-de-escravos-do-es-mantem-tradicao-culinaria.html>. Acesso em: 14 out. 2018.

PINTO, Maria Dina Nogueira. Mandioca e Farinha: subsistência e tradição cultural. Série Encontros e Estudos. Seminário Alimentação e Cultura-Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/FUNARTE/Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plástico-Ministério da Cultura, 2002.

SILVA, Henrique Ataíde da. Mandioca, a rainha do Brasil?: Ascensão e queda da Manihot esculenta em São Paulo, 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, SP, 2008.

SISTEMAS de produção de mandioca, Espírito Santo; revisão. Vitória, ES, EMBRATER/EMBRAPA/EMATER/ES/EMCAPA, 1980. 38 p. map. tab. (Boletim, 179).

SOUZA, Rodrigo Gomes de. Mandioca: raiz, farinha e fécula. Conjuntura mensal, CONAB, março/2017.

Tudo gostoso. Disponível em <https://www.tudogostoso.com.br>. Acesso em: 14 out. 2018.

ANEXOS

ANEXO I – PESOS E MEDIDAS (SÉCULOS XVIII e início do XIX)

Pesos e Medidas (Séculos XVIII e início do XIX)¹	
Medidas²	Equivalência no sistema atual
<i>Medidas Lineares</i>	
Légua (1/18 de grau)	6.172 m
Légua (1/20 de grau)	5.555 m
Milha marítima (1/60 de grau)	1.851 m
Légua de sesmaria (3.000 braças)	6.600 m
Braça	2,20 m
Vara	1,10 m
Côvado	0,66 m
Palmo	0,22 m
Pé	0,33 m
Polegada	0,0275 m
Linha	0,00229 m

<i>Medidas Agrárias</i>	
Légua quadrada (1/18 de grau)	38.103.947 m ²
Braça quadrada	4,84 m ²
Légua quadrada (de sesmaria)	43.560.000 m ²
Alqueire mineiro (100 x 100 braças)	48.400 m ²
Alqueire paulista (100 x 50 braças)	24.200 m ²
Tarefa da Bahia (30 x 30 braças)	4.356 m ²

Medidas de capacidade para Grãos e artigos secos

Moio ³	2176,2 L
Alqueire	36,27 L
Meio Alqueire	18,135 L
Quarto de alqueire ou Quarta	9,07 L
1/8 de alqueire ou meia Quarta	4,535 L
Selamin	1,14 L

Medidas de Capacidade para líquidos⁴

Tonel (2 pipas comuns)	848 L
Pipa comum (300 canadas de Lisboa)	424 L
Pipa de conta, no Rio de Janeiro (180 canadas do Rio de Janeiro)	480 L

Almude (12 canadas)	31,944 L
Canada ou medida, no Rio de Janeiro (4 quartilhos)	2,662 L
Quartilho	0,665 L
Meio quartilho	0,3325 L
Quarto de quartilho	0,16625 L
<i>Medidas de peso⁵</i>	
Tonelada marítima	921,600 kg
Quintal	58,982 kg
Arroba	14,74560 kg
Libra ou arrátel (libra de comércio)	0,46080 kg
Libra de farmácia	0,34560 kg
Marco	0,23040 kg
Onça	28,800 g
Oitava	3,600 g
Escrópolo ou dinheiro	1,200 g
Quilate	0,900 g
Quilate para pedras preciosas e pérolas	0,200 g
Grão	0,0500 g

¹ Conforme o “Quadro geral das principais medidas e moedas utilizadas nos últimos tempos do Brasil colonial” elaborado por Roberto Simonsen, História Econômica do Brasil. 7ª ed. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977, pp. 462-463.

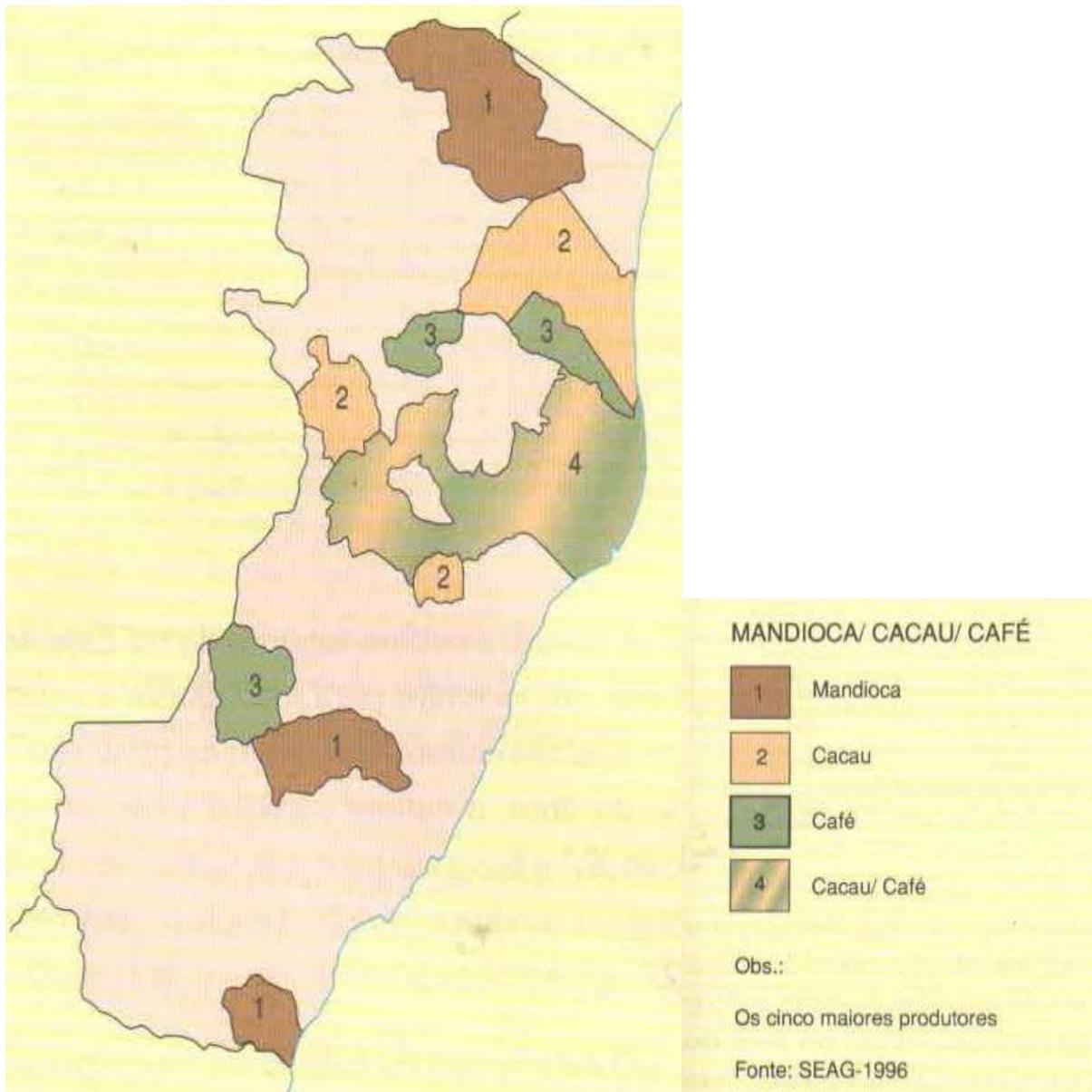
² Roberto Simonsen, op. cit., informa que as medidas lineares, agrárias e de peso eram idênticas no Rio de Janeiro e em Lisboa, enquanto as medidas de capacidade utilizadas no Rio de Janeiro diferenciavam-se das usadas em Portugal. Embora as Ordenações determinassem que todas as medidas portuguesas devessem se regular pelas de Lisboa, as variações eram grandes. A Canada, por exemplo, valia 4,180 litros ou 2,66 litros ou, ainda, 1,375 litros, conforme o lugar, enquanto a canada velha chegava a valer 6,890 litros.

³ O moio português dividia-se em 15 fangas, a fanga em 4 alqueires e cada alqueire em 4 quartas e cada quarta em 8 selamins.

⁴ O tonel português tinha cerca de 840 litros, dividindo-se em 2 pipas de 30 almudes cada. O almude valia 12 canadas e a canada, 4 quartilhos. R. Simonsen, op. cit., p. 462.

⁵ No Brasil, o tonel marítimo ou tonelada marítima valia 2.0000 arráteis comuns ou libras portuguesas; a tonelada usual, com 1.728 arráteis, correspondia a 796,230 quilos. O quintal valia 4 arrobas ou 128 arráteis; a arroba valia 32 arráteis; o arrátel 2

marcos, o marco 8 onças – o arrátel comum ou libra portuguesa tinha 16 onças – a onça 8 oitavas, a oitava 3 escrópulos ou 4 quilates e o escrópulo 24 grãos. O quilate de peso comum era dividido em 18 grãos, enquanto o quilate para moedas e pedras preciosas valia 4 grãos. R. Simonsen, *op. cit.*, p. 462.

ANEXO II – PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM 1996

Fonte: Moraes (1997, p.73)